

JEF

Jornal da FENPROF | Director: Mário Nogueira
Mensal | nº 277 | Maio 2015 | 0,50 Euros

CICLO
CONFERÊNCIAS
FENPROF 2015
FEDEGAÇÃO NACIONAL DE PROFESSORES

Ciclo de
Conferências
FENPROF 2015

Junho professores e educadores em luta

2 de junho
Consulta sobre
Municipalização

20 de junho
Manifestação
Nacional

sumário



Professores contra a municipalização

Por todo o país, os professores têm-se pronunciado contra a municipalização. Com o objetivo de contestar um processo que está a ser imposto à revelia das comunidades educativas, têm sido realizados plenários, referendos, abaixo-assinados, concentrações, enfim, as mais diversas formas de ação estão a ser levadas a efeito por professores de concelhos tão diversos como Matosinhos, Estarreja, Batalha, Vila de Rei, Tondela ou Castelo Branco. Em vários concelhos, a posição dos professores foi determinante para a posição assumida pelos conselhos gerais das escolas e agrupamentos que levou as câmaras a recuarem, pelo menos para já, na sua intenção de assinar o contrato de delegação de competências proposto pelo governo. Em outros, porém, o processo avança, contra tudo e todos, mas sabem os autarcas que ao ignorarem a posição das comunidades educativas e, em particular, dos professores, estão a entrar num processo condenado ao fracasso. Portanto, mesmo nestes casos, a entrada do município na experiência da municipalização não significa uma derrota, mas apenas o adiar da vitória. ●



6



16



20

06. CONFERÊNCIAS

Ciclo de Conferências FENPROF 2015

14. EMPREGO

Mobilidade especial FENPROF entregou Petição na A.R.

16. AÇÃO

Municipalização da Educação Consulta aos Professores FRANCISCO ALMEIDA

17. AÇÃO

Processo "Cambridge": Inadmissível e vergonhoso! ANABELA SOTAIA

20. SETORES

Ensino artístico especializado: Professores exigem soluções de futuro

23. CONCURSOS

Compensações, erros "cratos" deles VÍTOR MIRANDA

25. FORMAÇÃO

PACC e formação inicial de docentes JOÃO LOUCEIRO

26. SETORES

Memorando sobre a (não) transposição da Diretiva 1999/70/CE FENPROF entrega documento na representação em Portugal da Comissão Europeia

28. APOSENTADOS

"Por um Futuro Digno" Jornada de esclarecimento na Baixa de Lisboa com debate e exposição

29. ENTREVISTA

Helena Gonçalves: "Os docentes aposentados participarão em todas as lutas"

30. INTERNACIONAL

O(s) dilema(s) da Europa MANUELA MENDONÇA

34. INTERNACIONAL

Fórum Social Mundial Mais do que possível, é urgente um outro mundo! HENRIQUE BORGES

36. NACIONAL

1º de Maio Presença combativa dos professores

37. NACIONAL

Dias da cultura em luta LUÍS LOBO



O regresso dos bufos

O código dito de conduta imposto pelo governo aos funcionários judiciários, aplica-lhes a lei da rolha impedindo-os, por exemplo, de dar entrevistas ou escrever artigos de opinião em que denunciem más condições de trabalho ou outros problemas com que se confrontem no desempenho da sua atividade profissional. É algo do género "o que se passa cá em casa não é para ser comentado lá fora", só que neste caso por razões de ordem política. O referido código, porém, vai até onde não se supunha regressar ao impor a obrigação de os funcionários bufarem junto das chefias sobre o que fazem os seus colegas, quando acharem que eles estão a violar o código imposto pelo governo. Mau sinal dos tempos este que nos faz recuar 41 anos. Felizmente, em breve, os portugueses têm uma ótima oportunidade de se livrarem de quem, em democracia, governa contra esta. ●



FICHA TÉCNICA: Jornal da FENPROF | Propriedade, Redação e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 3 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198 E-mail: fenprof@fenprof.pt | www.fenprof.pt | Diretor: Mário Nogueira | Chefe de Redação: Luís Lobo | luis.lobo@sprc.pt | Conselho de Redação: Rogério Ribeiro (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Luís Lobo (SPRC), António Avelãs (SPGL), Manuel Nobre (SPZS), Sofia Canha (SPM) | Coordenação técnica e apoio à Redação: José Paulo Oliveira (jornalista) | jpgo@sapo.pt | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Inês Carvalho | Fotos: Jorge Caria e Arquivo FENPROF | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 52.500 ex. | Depósito Legal: 3062/88 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | O "JF" está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redação reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.



editorial

MÁRIO NOGUEIRA (Secretário-Geral da FENPROF)

Pela profissão e pelo futuro resistir, exigir, lutar

As condições em que os professores trabalham nas escolas têm-se tornado cada vez mais difíceis. Não só porque os horários de trabalho se tornaram insuportáveis, mas porque se impõem atividades que são letivas na componente não letiva, porque as turmas têm hoje mais alunos, mesmo quando integram meninos ou jovens com necessidades educativas especiais, porque acabaram alguns desdobramentos de turmas em áreas experimentais, bem como o par pedagógico em aulas práticas, porque a atividade em contexto de mega-agrupamento é mais desgastante e também porque, devido às dificuldades crescentes enfrentadas pelas famílias e à degradação da vida na sociedade, a indisciplina nas escolas têm-se acentuado.

Enquanto isto acontece, dos professores continua a exigir-se tudo, inclusivamente que desempenhem papéis que não são os seus, e na escola, para além das aulas, têm ainda de desenvolver uma panóplia de atividades, tais como apoios aos alunos, atividades de enriquecimento curricular, acompanhamento de salas de estudo, coadjuvação, substituições, tutorias, trabalho em gabinetes de receção e apoio a alunos na sequência de situações de indisciplina, participação em inúmeras reuniões, desenvolvimento de tarefas diversas de ordem burocrática... e depois ainda são os professores que têm de satisfazer os caprichos do ministro, por exemplo, operacionalizando a PACC, ou os insondáveis compromissos do MEC examinando ao serviço da Cambridge.

Assim não se pode ser Professor, temos repetido e não podemos deixar de insistir. Resultado desta violência que sobre os docentes recai, é visível um cada vez mais acentuado desgaste físico, psicológico e emocional que já se tornou indistigável nas salas de professores. Mas a aposentação não quer saber nada disto e, por obra e pouca graça de sucessivos governos, tem vindo a fugir à frente de cada professor e quando pára, distante, à espera que alguém se aproxime, logo dispara quando o momento do encontro começa a ficar na esquina seguinte.

As preocupações dos professores aumentam também com as ameaças que enfrentam no plano sócio profissional: é a vinculação que não acontece e alguns dos mais graduados veem-se agora injustamente ultrapassados por colegas muito mais novos; é a carreira que não desbloqueia e a mobilidade especial que já começou a ser aplicada; é a pensão que já era reduzida mas não pára de minguar. E é a municipalização, processo em que o governo deposita elevadas esperanças para continuar a cortar verbas na Educação, para reduzir ainda mais professores e para trilhar o caminho da privatização.

Somos Professores e isso atribui-nos responsabilidades muito elevadas, tanto no plano educativo, como no social. Pactuarmos com esta situação, tornarmo-nos cúmplices das políticas que estão a destruir a escola pública democrática e a perverter a distinta marca do exercício profissional docente seria indesculpável.

É, pois, assumindo as nossas responsabilidades que dia 20 de junho **vamos estar de novo na rua, com ponto de encontro no Marquês de Pombal e desfile até ao Rossio**. Antes, de 2 a 4 de junho, iremos reafirmar junto dos poderes instituídos que nós, Professores e Educadores, somos contra a municipalização da Educação. O som e o movimento que dão visibilidade à vontade dos professores vão voltar-se a ouvir e este é o momento de o fazermos para que todos os que já hoje apelam ao nosso voto possam dizer-nos ao que vêm. ●



20 de junho: Professores voltam à rua!

Manifestação nacional em defesa da profissão e de uma educação pública de qualidade



Plataforma Sindical Docente anunciou, em conferência de imprensa, expressivas ações de luta e protesto

Promover uma Campanha Nacional de defesa de um regime de Aposentação dos Professores, que tenha em conta o elevado desgaste provocado pelo exercício continuado da profissão; realizar, de 2 a 4 de junho, uma Consulta Nacional aos Professores e Educadores, com votação nas escolas, para apurar a posição dos profissionais em relação à municipalização da Educação; e convocar uma Manifestação de Professores, Educadores e Investigadores para dia 20 de junho, um sábado, em Lisboa, são três das decisões tomadas pela Plataforma Sindical Docente e anunciadas em conferência de imprensa realizada no passado dia 15 de maio. Mário Nogueira, Secretário Geral da FENPROF, apresentou e comentou, perante os jornalistas, o documento que reúne as conclusões essenciais da reunião que juntou oito organizações sindicais.

A Plataforma lembra em primeiro lugar que “a Educação perdeu mais de 3.200 Milhões de euros ao longo desta Legislatura”, acrescentando: “As escolas públicas perderam mais de 20% dos seus docentes durante estes 4 anos. As consequências estão à vista:

- Condições mais negativas de trabalho nas escolas;
- Horários de trabalho absolutamente insuportáveis com a atribuição de tarefas aos professores que são alheias à função docente;
- Imposição de atividades letivas na com-

ponente não letiva, contrariando o acordo com o MEC e que consta de ata assinada em 2013.”

Dando um panorama da situação que se vive atualmente nas escolas portuguesas, a Plataforma regista:

“Os professores, para além das aulas, desenvolvem atividades de apoio aos alunos, são responsáveis por atividades de enriquecimento curricular, acompanham salas de estudo, coadjuvam colegas do mesmo e de outros setores de ensino, asseguram substituições, garantem serviço de tutoria, são quem permanece nos gabinetes de receção e apoio a alunos na sequência de situações de indisciplina, participam em inúmeras reuniões com as mais diversas finalidades, são-lhes atribuídas inúmeras tarefas de ordem burocrática.”

“Como se tudo isto não bastasse”, refere ainda a Plataforma Sindical, “são ainda chamados a vigiar os seus colegas que se sujeitam à PACC e são pressionados para garantirem serviços diversos, como, por exemplo, o que resulta do protocolo do MEC com a Cambridge...”

Graves situações

Tudo isto acontece, prossegue a Plataforma, “num contexto de agravamento das condições de trabalho”, marcado por um conjunto de graves situações, que os sindicatos resumem assim:

- As turmas passaram a ter mais alunos
- Os apoios a alunos com necessidades educativas especiais diminuirão
- As normas para a constituição de turmas com alunos com NEE são desrespeitadas
- Verificou-se o aumento do número de turmas, alunos e níveis atribuídos a cada professor, devido à redução do número de horas de diversas disciplinas
- O par pedagógico na EVT foi eliminado
- O desdobramento de turmas em áreas experimentais também foi eliminado
- O trabalho em mega-agrupamento impôs uma atividade menos próxima dos alunos e deslocações diversas entre escolas
- As situações de indisciplina na escola têm vindo a aumentar muito na sequência da degradação da vida das famílias, onde situações de empobrecimento, desemprego ou emigração têm contribuído para que se verifiquem níveis significativos de desestruturação.

“Tudo isto acontece numa escola cada vez mais orientada para os conhecimentos e o treino de capacidades, de onde estão a ser afastados os tempos para a formação cívica dos alunos e os espaços para o trabalho cooperativo dos professores”, como alerta a tomada de posição sindical.

Desgaste físico, psicológico e emocional dos professores

A Plataforma alerta ainda:

“Hoje, há um tremendo desgaste físico,

psicológico e emocional dos professores que provoca desânimo e frustração (Mário Nogueira recordou aqui um recente estudo da Universidade do Minho). Procuram os professores superar esse seu sentimento transformando a sala de aula num refúgio, mas os limites estão prestes a ser atingidos.”

Para tal contribuem ainda as permanentes pressões e ameaças a que estão sujeitos:

- O processo disciplinar que pode acontecer se não conseguirem dar conta de todos os recados;

- O desemprego que ameaça professores contratados com 15 e 20 anos de serviço que, injustamente, veem alguns colegas com muito menos tempo de serviço a ingressarem nos quadros;

- A requalificação / mobilidade especial, que começou este ano a aplicar-se aos professores, ameaçando ter outra expressão no futuro próximo;

- A municipalização da Educação que, em alguns concelhos, parece querer arrancar já em setembro, com as câmaras a receberem competências do foro pedagógico, de definição de componentes curriculares, de recrutamento e gestão de professores, entre outras que atentam gravemente contra a autonomia das escolas;

- Com os professores em situação de completa exaustão, a aposentação está cada vez mais longínqua, por força da imposição do requisito idade que faz com que alguns que já se deveriam ter aposentado estejam agora a 10 anos de o conseguir.

“E não se referiram aqui outras situações, reais e não menos importantes, relacionadas com emprego, carreiras e salários. Recordar-se que os docentes e investigadores estão com as carreiras bloqueadas pelo quinto ano consecutivo, têm os seus salários reduzidos devido aos violentos cortes, milhares de docentes vivem situações de grande precariedade e risco de desemprego”, refere o documento sindical.

“O papel social dos professores”

“Os professores são fundamentais nas escolas”, sublinhou Mário Nogueira, ao abordar “o papel social dos professores”, que “é determinante”. Como se lê no documento divulgado aos jornalistas pela Plataforma Sindical, “é aos professores que os pais confiam os seus filhos durante boa parte do dia, contando com eles para ensinarem e também contribuírem para a sua Educação. Como tal, os pais, que exigem o melhor para os seus filhos, querem também que os seus professores sejam os melhores e isso não se obtém com a PACC ou com a demagogia das contratações locais.”

“Consegue-se, sim, com exigência na formação de professores, com garantia de estabilidade no exercício da docência e com carreiras que reflitam a inegável importância da profissão. Estes têm sido aspetos que,

de forma deliberada, os últimos governos têm descurado.”

“Não podemos ficar de braços cruzados!”

Neste mar de dificuldades e ataques, “estamos todos no mesmo barco”, como observou Mário Nogueira.

“Estes problemas”, destaca a Plataforma, “são comuns aos professores das escolas públicas, escolas privadas, escolas de ensino artístico, escolas profissionais, bem como a todos os profissionais docentes, sejam da Educação Pré-Escolar, do Ensino Básico, Secundário ou Superior, incluindo os Leitores das Universidades Portuguesas e ainda aos Investigadores. Estes problemas abatem-se sobre os professores que exercem atividade dentro do país, continente e regiões autónomas, mas também aos que trabalham no Ensino Português no Estrangeiro e nas Escolas Portuguesas situadas em Maputo, Luanda ou Díli.” O Secretário Geral da FENPROF lembrou aqui também a luta dos professores do ensino português na Suíça contra a desvalorização salarial.

“Face aos problemas que os professores, educadores e investigadores estão a viver, pondo em causa as suas condições de trabalho (fator fundamental para as condições de aprendizagem dos alunos), prejudicando a qualidade do ensino e da educação e desrespeitando, até, preceitos constitucionais que garantem a todos os portugueses uma Escola Pública de qualidade, democrática, para todos e inclusiva, não poderemos ficar de braços cruzados à espera que os problemas se resolvam por si, correndo o risco de ser imposto o sentido contrário ao que se defende”, acrescenta a Plataforma.

Decisões e orientações

No sentido de contribuir para a inversão da atual situação – e porque, estando a atual Legislatura a terminar, é importante que todos os candidatos às próximas eleições oiçam as posições dos Professores – a Plataforma Sindical, na sequência das reuniões que tem vindo a desenvolver, decidiu:

- Exigir do MEC que o despacho sobre a organização do próximo ano letivo respeite o que, em 2013, foi acordado entre ministério e sindicatos, no que concerne à distribuição de atividades pelas componentes letiva e não letiva;

- Relativamente à constituição de turmas, exigir do MEC pleno respeito pelas normas estabelecidas, designadamente no que respeita a turmas em que se encontram integrados alunos com necessidades educativas especiais;

- Exigir do MEC respeito pelo trabalho dos professores, o que significa que, entre outros aspetos, deverá ser reconhecido que não compete a estes qualquer tipo de envolvimento em processos como o da PACC ou o do PET;



É aos professores que os pais confiam os seus filhos durante boa parte do dia, contando com eles para ensinarem e também contribuírem para a sua Educação. Como tal, os pais, que exigem o melhor para os seus filhos, querem também que os seus professores sejam os melhores e isso não se obtém com a PACC ou com a demagogia das contratações locais.”

- Relativamente ao PET/Cambridge, sendo visível o atraso na realização das provas e as pressões que estão a ser exercidas sobre os professores, o que poderá levar ao alargamento do prazo para a sua realização, prolongando o período de greve ao serviço da PET/Cambridge, para já, até 30 de junho;

- Promover uma Campanha Nacional de defesa de um regime de Aposentação dos Professores, que tenha em conta o elevado desgaste provocado pelo exercício continuado da profissão. Pontos fortes dessa campanha, que será de imediato lançada nas escolas, serão a exigência de que todos os que já atingiram os 40 anos de serviço, logo, de carreira contributiva, possam aposentar-se de imediato sem qualquer corte no valor da sua pensão; para futuro, o tempo de referência para a aposentação dos docentes deverá ser os 36 anos de serviço e, no âmbito da negociação, deverão ser ainda contempladas situações excecionais que existem;

- Levantar a questão, de 2 a 4 de junho, uma Consulta Nacional aos Professores e Educadores, com votação nas escolas, para apurar a posição dos profissionais em relação à municipalização da Educação. A pergunta a colocar será: Concorda com a municipalização da Educação (processo que o governo está a iniciar em alguns municípios)? As opções de resposta serão “Sim” e “Não”;

- Convocar uma Manifestação Nacional de Professores, Educadores e Investigadores para dia 20 de junho, um sábado, em Lisboa, que seja um momento de grande afirmação em defesa da Profissão e de uma Educação Pública de Qualidade, centrada nos seguintes aspetos concretos: Horários e condições de trabalho adequados; Aposentação que tenha em conta o desgaste provocado pelo exercício da profissão; Contra a municipalização da Educação; Respeito pelo trabalho dos Professores. ●

ÉVORA

“A organização do sistema educativo, incluindo a sua descentralização”

O processo de municipalização voltou a estar no centro das preocupações e a FENPROF aproveitou para, na primeira das conferências do ciclo em curso até 6 de junho, ouvir a opinião de alguns dos atores, designadamente na contestação ao processo de municipalização que o governo quer, autoritariamente, impor, com o apoio de algumas autarquias e de alguns diretores de agrupamentos,

No dia 11 de abril, em Évora, no Salão Nobre do Teatro Garcia de Resende, realizou-se a primeira de um ciclo de oito conferências temáticas, que visam preparar a intervenção da FENPROF no âmbito do debate pré-eleições legislativas que necessariamente terá de ser feito.

O tema desta Conferência foi “A organização do sistema educativo, incluindo a sua descentralização”. Participaram, como oradores, Sílvia Pinto, Presidente da Câmara Municipal de Arraiolos, Manuel António Pereira, Presidente da Associação Nacional de Dirigentes Escolares e Mário Nogueira, Secretário Geral da FENPROF.

Pretendendo fazer a indispensável avaliação das políticas para a Educação no âmbito da administração do sistema educativo e debater as suas propostas para a sua descentralização, o debate centrou-se no processo em curso de municipalização que o governo e algumas autarquias pretendem impor, apesar da forte oposição das escolas, das populações e de várias assembleias municipais.

As conclusões das oito conferências e os contributos dos seus intervenientes serão divulgados junto da generalidade dos docentes e disponíveis para todos queiram conhecê-los, em www.fenprof.pt e aqui no JF.



Sílvia Pinto, Presidente da Câmara Municipal de Arraiolos

A Presidente da Câmara Municipal de Arraiolos chamou a atenção para os direitos sociais, “numa lógica de igualdade e solidariedade”, que estão consignados na lei fundamental do país – a Constituição da República.

Sílvia Pinto alertou para as políticas de “transferência de competências” que o atual Governo quer aplicar, salientando que na cultura, na educação, na saúde e na segurança social tais políticas “promovem assimetrias”.

O Estado procura delegar nos municípios responsabilidades retirando-lhes autonomia, alertou.

“Hoje muitos municípios estão já arrependidos por terem assumido contratos com o Estado, por exemplo, na área do pessoal não docente”.

O Município de Arraiolos, de 2010 a 2014, perdeu 3 milhões de euros em 9 milhões de transferências do OE, referiu Sílvia Pinto.

O poder central não cumpre a Lei das Finanças locais, realçou a autarca de Arraiolos, que ao longo da sua intervenção apresentou algumas das consequências dessa situação, que tem sido denunciada pelos autarcas de todo o país.

A propósito dos chamados “ganhos de racionalização”, Sílvia Pinto interrogou:

“Como é que o Governo pretende que os municípios, com menos recursos materiais e

humanos, façam as mesmas coisas? Onde fica a qualidade do ensino? Onde ficam os nossos alunos, professores e comunidades? E o futuro do País?”

Muitos municípios asseguram várias responsabilidades que são do Governo central, afirmou Sílvia Pinto.

Mais adiante, referiu que a Associação Nacional de Municípios tem um estudo que revela que, entre 2009 e 2014, os municípios gastaram 654 milhões em materiais de educação; assumiram 58% dos encargos com pessoal não docente, 34% das NEE e 7% dos transportes. ●

Manuel A. Pereira, Presidente da Associação Nacional de Dirigentes Escolares

O que é necessário descentralizar, por estar excessivamente centralizado e dependente de uma Administração Educativa cada vez mais volumosa e muitas vezes ineficiente, é o atual sistema educativo, afirmou o Presidente da Associação Nacional de Dirigentes Escolares.

“No atual sistema educativo português, todas as decisões importantes relativas à Educação são tomadas fora das Escolas. Digamos que as Escolas são governadas à distância por uma complexa máquina burocrática que, com recurso a aplicações informáticas, controla e decide sobre tudo o que é essencial para o funcionamento dos estabelecimentos de ensino, como é o caso dos recursos huma-

nos, dos recursos financeiros, dos recursos materiais, da constituição de turmas, da oferta educativa, entre outras...

"A ANDE entende que temos um sistema educativo demasiado centralizado, na esmagadora maioria das áreas, o que impede a adoção das medidas mais adequadas ao contexto em que cada escola/agrupamento de escolas se encontra. Por isso, somos a favor da descentralização do sistema educativo português a nível pedagógico, administrativo e financeiro."

Noutra passagem Manuel António Pereira declarou:

"O Programa Aproximar Educação foi desenvolvido com grande secretismo e muitas contradições. Uma delas e a mais visível, foi: negociar a descentralização "por via de delegação contratual". Naturalmente, descentralizar poderes de decisão é diferente de delegar competências...."

"O programa "Aproximar Educação" veio abrir um novo caminho, completamente diferente do caminho aberto através da assinatura de Contratos de Autonomia com 212 Escolas e Agrupamentos a nível nacional.

"Estes Contratos criaram grandes expectativas às escolas que acreditaram estar aberto o caminho, há tanto tempo ansiado. A autonomia tem como consequência a diversificação e diferenciação entre projetos educativos e entre Escolas; É esse o grande objetivo de todos os atores educativos. Precisamos de encontrar soluções diferentes para realidades diferentes. Acabar com um modelo que trata o que é diferente como igual.

"O programa "Aproximar", pelo contrário, tenderá a uniformizar os projetos educativos e as Escolas à luz do Plano Estratégico Educativo Municipal. Esta situação será mais visível, como é evidente, em municípios mais populosos ou geograficamente mais dispersos. Trata-se, afinal de um programa bem diferente e sem qualquer linha de continuidade ou aprofundamento com o programa da Autonomia das Escolas."

"Nas palavras de José Eduardo Lemos, atual Presidente do Conselho das Escolas e diretor da Escola Secundária Eça de Queirós, "Ao contrário dos contratos de autonomia, os Contratos de Educação e Formação Municipal introduzirão no já complexo e centralizado sistema educativo novas estruturas e novas tutelas que apenas servirão para criar entropia no sistema e para reduzir as margens de autonomia das Escolas. As Escolas passarão a responder a duas entidades distintas que nem sempre se articulam e, por vezes, têm objetivos políticos opostos."

"Com o programa "Aproximar Educação", o Governo pretende transferir para algumas autarquias um vasto "pacote" de competências na área da Educação, uma grande maioria delas subtraídas ao conjunto de competências que a lei, atual e expressamente, atribui às Escolas.

"O decreto, ele próprio, sofre de contradições nos seus próprios termos. Como é que

as autarquias se predispõem a ser um mero órgão Regional de execução das ordens do MEC, em vez dum órgão local com efetiva capacidade de decisão?

"Este diploma menoriza as próprias autarquias que são, no ordenamento jurídico nacional, talvez as instituições com mais autonomia. Na prática, o que vai acontecer, o que está a acontecer, é o MEC usar os municípios como pequenas direções regionais;

"Não se pode confundir descentralização, com desconcentração de competências ou com delegação de competências; Por exemplo... Nenhuma organização, seja ela de cariz educativo ou outro, aceitaria que a gestão dos recursos humanos estivesse nas mãos de outra entidade externa; Não faz sentido... A gestão dos recursos humanos é sempre um instrumento fundamental de gestão, de uma gestão moderna..."

"A transformação das autarquias numa espécie de serviços desconcentrados do MEC sujeitará as escolas a uma dupla tutela e limitará ainda mais a sua autonomia - nas várias matrizes de competências conhecidas.

"A autarquia intervém, por exemplo, na "definição de conteúdos, metodologias, atividades e avaliação das componentes curriculares locais", o que representa uma ingerência na autonomia das escolas e até na autonomia profissional dos professores.

"Se queremos democratizar e descentralizar o sistema educativo temos que saber quem são os nossos parceiros... os nossos aliados... e os municípios, seguramente, podem e devem sê-lo."

"Aliás, também temos plena consciência de que a escola nunca ganhará autonomia sozinha. Tem que arranjar apoios e parceiros. Naturalmente as Autarquias serão sempre os parceiros fundamentais..."

"Mas o simples facto de os municípios passarem a gerir todos os recursos financeiros afetos à educação pública de nível não superior na sua área territorial, quer se trate de escolas com contrato de autonomia, quer nos outros casos, obriga a uma alteração considerável da esfera do poder de decisão em matéria educativa e levará, quer se goste quer não, à politização das escolas e, mais do que isso, a casos de partidização das mesmas.

"Faça-se uma avaliação justa e clara das experiências de transferência de competências em Educação, para os Municípios realizadas nos últimos anos. Possam todos ter consciência do que correu bem e do que não correu bem..."

"A partir daí é possível percorrer novos caminhos. Antes disso será sempre temerário. Que acabem os experimentalismos em Educação. Que se criem as condições necessárias para uma acalmia nas Escolas Públicas. A Educação Pública precisa que lhe ofereçam alguma calma e alguma estabilidade.

"Os Contratos com as autarquias não resolverão nenhum dos problemas com que

as Escolas se debatem atualmente. Serão apenas mais uma medida experimental, como muitas outras..."

"Os contratos propostos a algumas autarquias não serão, seguramente, uma via de aprofundamento da autonomia das Escolas, nem de reforço dos seus projetos e identidades. Pelo contrário, retiram-lhes poder de decisão e fragilizam-nas fazendo delas mais um serviço, entre aqueles que já existem nos Municípios aderentes.

"Somos, frontalmente, contra qualquer descentralização linear para os municípios ou para quaisquer outras entidades, como as CIM, por exemplo, porque nem uns nem outras, tradicionalmente, têm conhecimentos ou recursos humanos, adequados à gestão dos agrupamentos de escolas do nosso sistema público de ensino.

"Os Contratos de Educação e Formação Municipal agora propostos, terão como consequência uma progressiva descaracterização das Escolas Públicas, deixando-as à mercê de interesses privados que terão caminho aberto para apresentar às comunidades educativas projetos suficientemente diferenciados para, facilmente, atraírem os alunos e as famílias.

"É pela Autonomia que vamos. É através do reforço dos mecanismos de Autonomia que poderemos lutar pelo sucesso da Educação e pela redução dos níveis de abandono escolar", realçou António Pereira, que afirmaria mais adiante:

"A aproximação da Educação às comunidades pode alcançar-se também pela criação de Conselhos Locais de Educação que, de acordo com o nosso ponto de vista, seriam órgãos de representação ampla onde estariam representadas - escolas, autarquias, ação social escolar, interesses económicos, sociais e culturais...e outros e que congregariam esforços em torno da gestão dos recursos locais na elaboração de projetos de desenvolvimento integradores da comunidade na escola e desta na comunidade."

"É preciso confiar mais nas Escolas e, garantidamente, estas melhorarão a sua eficácia e eficiências. Não temos receio de assumir outras competências... bem pelo contrário: Queremo-las!...", concluiu. ●

Mário Nogueira, Secretário Geral da FENPROF

A extinção das direções regionais não serviu para descentralizar, observou Mário Nogueira na conferência de Évora. "Substituiu-se o trabalho de terreno e criou-se a DGEST para controlar tudo à distância e por via informática. A autonomia da escola não pode ser só no discurso do ministro", afirmou o Secretário Geral da FENPROF no encerramento do debate.

O poder de decisão do município quanto aos 25% do currículo está condicionado aos financiamentos disponíveis e à vontade dos autarcas, lembrou o dirigente sindical,

que sublinhou a propósito: “Não se trata aqui de descentralização, mas sim de re-centralização”.

“Eles” precisam da escola pública para as respostas sociais. O que pretendem, isso sim, é o desmantelamento de uma escola pública de respostas múltiplas, de matriz democrática, alertou Mário Nogueira.

A propósito da municipalização, o Secretário Geral da FENPROF comentaria a dado passo:

“Pode parecer estranho que a próxima legislatura receba experiências que já estão em marcha para condicionar decisões e processos, mas isso é a estratégia da alternância.

A alternância é isto, quem está a sair abre a porta e quem vem atrás completa.”

A poucos meses de terminar a sua legislação, este Governo pretende descomprometer o Estado do financiamento da Escola Pública, através dos municípios, com concessão a privados e substituindo o financiamento do OE por fundos comunitários.

Mário Nogueira chamou ainda a atenção para as consequências de “sistemas arbitrários e pouco transparentes de recrutamento de professores (a câmara não contrata professores, mas gere-os...)”.

No capítulo dos incentivos à eficiência, o município poupa dinheiro, não aumentando a

despesa, e até pode baixar (recebendo 50%).

O Programa 2020 tem 26 mil milhões para apoios, 21,5 mil milhões em políticas de coesão. Trata-se de financiamento de projetos locais, só para aqueles que entrarem nos “contratos”, elegíveis através das vias profissionais duais. Pretende-se escolarizar mais jovens, à custa da desvalorização da qualificação. A Câmara pode enviar os alunos para colégios privados (respostas científicas) que já são pagos pelo OE e para a Escola Pública (respostas profissionais) a financiar pelos fundos comunitários – transformando, assim, a Escola Pública numa grande escola profissional, concluiu o dirigente sindical. ●

PORTO

“Autoridade profissional docente – sentidos de uma mudança urgente”



Protagonistas de uma profissão que tem vindo a ser desvalorizada, os professores têm sido ignorados em grandes decisões sobre matérias em que as suas vozes deveriam ser ouvidas. Desgastados, mas ainda assim empenhados, estarão os docentes a ser respeitados pelo poder e pela sociedade? Qual o sentido da(s) mudança(s) que todos entendem necessária(s) e urgente(s)?

Estas foram, em sentido lato, algumas das preocupações evidenciadas na conferência que a FENPROF promoveu no passado dia 18 de abril no Porto – Autoridade Profissional Docente: Sentidos de uma Mudança Urgente. Um tema que tem hoje “uma importância acrescida, face à funcionarização crescente da profissão docente, ao apoucamento da sua dignidade profissional e à desvalorização da sua formação”, como referiu Manuela

Mendonça, do Secretariado Nacional da Federação e coordenadora do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), na abertura da sessão, que decorreu no auditório da Escola Secundária Carolina Michaelis. Fernando Ilídio Ferreira (Instituto de Educação da Universidade do Minho), Manuela Esteves (Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa) e Isabel Baptista (Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica) foram os oradores convidados. ●

Fernando Ilídio Ferreira (Instituto de Educação da Universidade do Minho)

Fernando Ilídio Ferreira apresentou os resultados do estudo “Teachers Exercising Leadership: challenges and opportunities”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Coordenado por Maria Assunção

Flores, e com duração de três anos (2011-2014), a investigação pretendia identificar fontes de persistência da motivação dos professores e compreender o modo como eles veem o seu trabalho e constroem a sua profissionalidade. Entre os aspetos mais referidos pelos docentes, estão o aumento do volume de trabalho, a diversificação de funções e tarefas e ainda a pressão dos prazos; fatores de burocratização do trabalho e funcionarização dos professores que “têm afetado a sua identidade e profissionalismo ao desviar a sua atenção do que constitui a essência da sua profissão: ensinar”; lê-se no documento. Ilídio Ferreira referiu que “a asfixia burocrática que reina nas escolas acaba por retirar tempo e espaço aos professores para se dedicarem a tarefas didáticas e pedagógicas e diminui a capacidade de reflexão em relação ao seu trabalho”.

Entre outras conclusões, o estudo evidencia preocupações dos professores relativamente à instabilidade profissional, à precariedade laboral e à degradação da condição docente e da imagem social da profissão. “A intensificação do trabalho aliada à falta de reconhecimento por parte dos poderes políticos e administrativos da tutela e por parte da sociedade em geral constituem fatores de desmotivação que conduzem a sentimentos de desânimo, frustração, cansaço e tristeza”. Mas esse conjunto de fatores negativos “não paralisa os professores na sua ação profissional; no seu ambiente de trabalho, os professores recebem e proporcionam aos outros



encorajamento, motivação, autoestima e confiança necessários ao exercício da profissão”. E apesar das medidas que levam ao individualismo competitivo, os docentes sentem que existe colaboração e partilha entre pares.

Se por um lado há desânimo, frustração e resignação, por outro há energia, entusiasmo e alegria. Por isso, Fernando Ilídio Ferreira realçou que é preciso perguntar “o que move os professores?” ●

Manuela Esteves (Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa)

Manuela Esteves começou por sublinhar a “desconfiança flagrante dos poderes públicos em relação aos professores”, que foram noutros tempos chamados de “preguiçosos, privilegiados, ineptos e desinteressados pelos alunos”.

“Há uma ideia muito persistente entre os professores de que não são estimados. Que não são estimados pelos poderes públicos é evidente, mas que não são estimados pelos pais, pelas comunidades, pelos alunos, já não é assim tão evidente”, frisou, lembrando que, apesar de tudo, a profissão docente é das mais confiáveis para os portugueses. “A desvalorização do conhecimento novo, mas também do conhecimento transmitido através da escola tem, evidentemente, algum reflexo na valorização social dos professores e na autoridade que lhes é conferida e na que eles próprios assumem”, considerou a investigadora, lembrando ser necessário saber valorizar o envolvimento e o empenho dos professores e das escolas no trabalho com os alunos e com as comunidades onde estão

inseridos, bem como multiplicar as vozes docentes no sentido de partilhar socialmente o trabalho que é feito nas escolas.

Manuela Esteves disse ainda ser fundamental “uma perspetiva equilibrada e crítica de mudança” e que a construção desta perspetiva “deve corresponder a um esforço coletivo e, depois, ter a sua tradução nos espaços de formação de professores.

Da formação inicial à formação contínua e à formação especializada, o melhor que se pode fazer é preparar profissionais críticos. Conviria que a formação valorizasse o leque de competências de que os professores precisam, sendo que uma delas é a capacidade de juízo crítico, que também convém que lancemos sobre nós e sobre o grupo profissional”. ●

Isabel Baptista (Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica)

Isabel Baptista, por seu lado, sublinhou a necessidade de colocar na agenda sindical a ética profissional docente e que, quando se fala nesta temática, fala-se também da necessidade da profissão se afirmar no espaço público e de construir uma relação mais próxima e de pertença a uma comunidade profissional.

Nessa perspetiva, é preciso definir valores e missão, de forma a dar resposta a questões como quem somos e o que significa ser professor. “Falar de ética é falar de decisão profissional e este é um aspeto em que hoje temos de investir”, debatendo e tomando uma posição coletiva sobre a definição da profissão, o que a caracteriza, “criando referências e padrões que ajudem

a criar coesão, orientação interna, afirmação pública e consciência política”. Um trabalho que nunca está fechado – “mas não basta ficar pela afirmação pública de valores, é preciso definir comportamentos, assumir procedimentos.”

Segundo Isabel Baptista, alguns professores falam em desgosto da profissão como um desgosto de amor. “Perdeu-se o ethos, no sentido de caráter, autoridade. Onde é que reside o caráter? Onde é que reside a essência da profissão? Isto é uma responsabilidade também das organizações sindicais, porque a ética não é uma cosmética, não é algo que vamos acrescentar ao que fazemos. A ética é interior à profissionalidade, cobre todas as dimensões do exercício profissional”.

No final da conferência, vários professores mostraram as suas preocupações sobre o presente e o futuro da profissão. Fernando Ilídio Ferreira ainda teve tempo para mostrar a sua preocupação pelo “pânico” que habita nas escolas, face à “tirania” exercida sobre os professores, “que têm de provar constantemente que são excelentes”.

Mário Nogueira encerrou a conferência afirmando que “os silêncios” que hoje se notam em algumas escolas são reflexo do desânimo dos docentes e que é necessário travar o caminho de desvalorização quer da imagem dos professores, quer do sistema de ensino.

O que os nossos governantes querem para a sociedade do futuro é “jovens menos qualificados e com salários menores, e portanto, uma sociedade mais injusta e menos solidária”, realçou o secretário-geral da FENPROF. | **Maria João Leite/A** Página da Educação ●

COIMBRA

“A (des)construção de um sistema”

AFENPROF realizou em Coimbra, na sala 17 de Abril, das Matemáticas, a terceira conferência de um ciclo de oito conferências com que pretende, convidando para cada área temática pessoas que podem, com a sua reflexão, contribuir para a definição de caminhos e para o questionamento sobre as políticas dirigidas ao ensino e à investigação científica em Portugal.

António Martins (ex-vice-reitor da Universidade de Coimbra e docente e investigador da FCTUC), Carlos Fiolhais (Investigador e docente do Departamento de Física da Universidade de Coimbra) e Rui Matos (diretor da ESECS de Leiria e Presidente da ARIPESE) trouxeram a sua reflexão sobre a situação em relação ao modelo de financiamento, à ciência e ao ensino superior politécnico.

Seguiu-se um debate, no qual os convidados da FENPROF e os outros intervenientes aproveitaram para reforçar duas ideias: não há ensino superior sem ciência, não há ciência sem ensino





superior e a existência de dois subsistemas acontece devido a uma visão segregacionista, no plano social, e de desvalorização do direito a um ensino superior de qualidade de vastas camadas da população, completadas pela inexistência de uma efetiva estratégia de desenvolvimento ao serviço das populações e da soberania nacionais.

A FENPROF tem disponível na sua página as gravações vídeo das três intervenções iniciais dos convidados. ●

António Martins (ex-vice-reitor da Universidade de Coimbra e docente e investigador da FCTUC)

António Martins, chamou a atenção para a crescente contribuição privada (das famílias) no financiamento do ensino superior (cerca de 30% do sistema) uma das mais elevadas da UE e que entre 2000 e 2009 representou a segunda maior subida da União Europeia. Ao mesmo tempo, referiu, a despesa pública com o ensino superior caiu sucessivamente, isto apesar de haver um aumento do número de estudantes.

Para o também membro do Conselho de Departamento do Ensino Superior e Investigação da FENPROF, “se houvesse um sentido genuíno do interesse geral e bom senso, seria possível encontrar consensos para o modelo de financiamento, o que implicaria responsabilização das instituições por metas de médio prazo, cooperação entre instituições (em oposição a uma competição que é promovida pelo poder). Mas tudo isto tem de ter como pano de fundo o objetivo do desenvolvimento económico, social e humano das sociedades”.

António Martins dirigiu uma forte crítica ao facto de, com esta política, se desperdiçar quadros qualificados e que, ao saírem do país, vão com o seu conhecimento e formação contribuir para o desenvolvimento de outros países.

Aliás, como fez questão de referir, não é possível pensar um financiamento adequado das instituições de ensino superior se não se trabalhar numa base lógica diferente, assente numa lógica política de rutura com a orientação que tem sido dada, em termos genéricos, a todos os sectores da socieda-

de, a que o ensino superior e a ciência não fogem. Na prática apoiam-se unidades de elevado valor acrescentado, deixando as outras fora de qualquer possibilidade de se desenvolverem ou de contribuírem, também, significativamente, para o desenvolvimento económico que se deseja.

“Um financiamento plurianual, elevado grau de autonomia financeira e a geração de receita sem receio de confisco, bem como eventual vantagem de

separar orçamentos um para o investimento público e o outro para financiamento para receitas próprias; parece ser consensual, como eventual caminho a seguir relativamente a um futuro modelo de financiamento, disse quase a terminar. ●

Carlos Fiolhais (Investigador e docente do Departamento de Física da Universidade de Coimbra)

Já Carlos Fiolhais, começando por defender a necessidade de haver uma maior ligação entre ensino superior e ciência, dirigiu um forte ataque contra o atual governo e a FCT que, com a sua política hipotecaram o trabalho de mais de metade das unidades de I&D. “A premissa de que metade das unidades tinha de ser excluída (cláusula secreta, como referiu)” é incompreensível, frisou. “Não sei como é que isto acontece. É irracional”. E lembrou que o processo conduzido pela FCT e pela European Science Foundation, tendo sido um redundante falhanço, como fez questão de salientar o próprio CRUP, no entanto, está aí. “Mantém-se!”. E exigiu que “a atual presidente tem a obrigação de vir esclarecer se também considera isto um falhanço. Uma avaliação sem qualidade nenhuma”.

O físico, que tem sido uma voz forte na contestação a todo o processo de avaliação das unidades de investigação e dos investigadores, exigiu ainda que a nova presidente da FCT seja “uma pessoa empenhada, com tempo para dar ao acompanhamento de todo o processo e para se dedicar, efetivamente, à ciência” como causa e bem público ao serviço do desenvolvimento. E chamou a atenção para que “enquanto não for restabelecida a confiança na comunidade científica, ninguém acreditará que possa haver, efetivamente, uma mudança”. Num quadro de não cumprimento da própria lei, de inexistência de peritos e de uma errada composição dos júris neste processo de avaliação, exige-se que tudo seja refeito, que se perca algum tempo para se ganhar credibilidade e viabilizar uma avaliação justa e adequada.

Carlos Fiolhais, em tom acusatório lembrou que, em Portugal, ao contrário do que acontece noutros países, “não são as em-

presas, os privados, que apoiam a ciência e a investigação. É o Estado que dá aos privados”. Maria Luís Albuquerque não pode vir dizer que tem os cofres cheios e depois dizer que não há dinheiro para um sector e objetivo estratégico – o desenvolvimento científico. E a terminar, deixou o repto: “Peçam desculpa pelo engano e façam de novo, bem!”

“Não é habitual no governo pedir-se desculpa e corrigir erros?;” ironizou. ●

Rui Matos (diretor da ESECS de Leiria e Presidente da ARIPESE)

Rui Matos acusou a inexistência de um tratamento com equidade entre politécnico e universitário, alegando que, apesar de uma pretensa paridade entre carreiras, as diferenças são imensas. “O regime de transição para a carreira docente é exemplo disso”, reforçou na sua intervenção que se centrou muito nos problemas sócio-profissionais dos docentes, decorrentes do ECDPESP, da sua aplicação e da conjuntura desfavorável para as instituições. Mas chamou, ao mesmo tempo, a atenção para o facto de os institutos politécnicos estarem reféns da imprevisibilidade dos resultados desta transição, em matéria de estabilização do corpo docente, o que deixa as instituições impossibilitadas de abrir concursos, por falta de um adequado e ajustado financiamento.

A situação por que passa o ensino superior politécnico e a instabilidade do seu corpo docente, a inexistência de condições aceitáveis para a conclusão de doutoramentos e a existência de uma imensidão de exceções no regime de transição da anterior para a atual carreira, com a elevação obrigatória das habilitações de referência, foi também uma das suas preocupações, desejando que haja coragem política para criar as condições necessárias a essa inevitável estabilidade.

Mas o presidente da ARIPESE fez também fortes críticas ao futuro que o atual secretário de estado está a desenhar para o ensino superior politécnico, designadamente quanto ao destino que quer dar aos CTESP, com a exclusividade de atribuição a este subsistema, o que revela bem o sentido depreciativo que o governo lhe atribui, “como se fosse o parente pobre” do sistema de ensino superior. Para Rui Matos, a cereja no topo do bolo foi o envolvimento e a contaminação que Ferreira Gomes fez sobre o CCISP e algumas escolas do politécnico ao defender uma via “facilitista” de canalização de alunos para os cursos existentes, através da desvalorização das vias de acesso, neste caso, ao ensino superior politécnico, por comparação com o universitário, ignorando a posição dos maiores institutos politécnicos que, apesar de serem em menor número, representam metade dos alunos. Uma ideia, a de Ferreira Gomes, que colheu apoio no desespero do estrangulamento financeiro, principalmente no interior do país. ●



LISBOA

“Gestão e administração escolar – a questão das autonomias”

“Gestão e administração escolar – A questão das autonomias” foi o tema de mais uma conferência do ciclo que tem vindo a ser promovido pela FENPROF, que teve lugar dia 23 de abril, na Escola Secundária D. Dinis, em Lisboa. Ciclo que, nas palavras de António Avelãs na abertura deste encontro, visa “ir refletindo questões estruturais”, na perspetiva de uma escola pública de qualidade. O tema escolhido pelo SPGL vem nesta linha de aprofundamento de questões de fundo, associando a questão da gestão à das autonomias. Autonomia da escola relativamente ao ME, como estrutura centralizada, autonomia dos professores (e seu âmbito e limites) como profissionais autónomos e reflexivos. A conferência contou com as intervenções de João Pinhal, professor do Instituto de Educação da U.L., e José Eduardo Lemos, Presidente do Conselho de Escolas. A que se seguiu animado debate, nomeadamente em torno de problemas e situações concretas. ●

João Pinhal, professor do Instituto de Educação da U.L.

João Pinhal aprofundou diferentes conceitos e tipos de autonomia, gestão, descentralização e suas interligações.

Desenvolveu nomeadamente a ideia de “triângulo de descentralização” – abrangendo e interconectando desenvolvimento, democracia e autonomia. E sublinhou que qualquer projeto de desenvolvimento local pressupõe um processo democrático, de poder das comunidades. Neste quadro, a descentralização surge, não como algo que parte de cima, mas antes se constrói a partir da base, das sinergias do local.

No que respeita ao sistema escolar, João Pinhal referiu os limites à descentralização – pois o sistema da escola pública é da responsabilidade do Estado –, mas defendeu que as autarquias podem e devem intervir, numa perspetiva de descentralização demo-



crática. Em que sentido está a evoluir este processo? No sentido de “políticas escolares hiperburocráticas e desmoralizadoras”, que veiculam valores como da prevalência da competitividade sobre a colaboração. Políticas que põem igualmente em causa a autonomia das autarquias locais que o Estado, por via da delegação de competências, coloca na sua dependência efetiva.

Citando a *Carta de Barcelona*, de 1990, João Pinhal defendeu que a educação não pode estar fora do “desenvolvimento social e humano das comunidades”. Quadro em que caberia às autarquias conceber, lançar e animar políticas públicas e potenciar energia participativa. ●

José Eduardo Lemos, Presidente do Conselho de Escolas

A autonomia passou a mero instrumento de gestão, afirmou José Eduardo Lemos. Referindo, nomeadamente, os contratos de autonomia, sublinhou que não se transferiu poder para as escolas.

Como questões atuais, destacou, em particular, que “a municipalização seca a autonomia das escolas”. Há uma transferência de competências das escolas para as autarquias

e as escolas perdem mormente a autonomia financeira. Por outro lado, o fenómeno de desinstitucionalização da escola retira-lhe a sua importância na comunidade.

Considerando que a uniformização dos processos educativos contribui para a sua desvalorização, José Eduardo Lemos defendeu que o reforço da autonomia alcança-se pela diferenciação (a uniformidade facilita o controle).

Nesta linha de ideias, e numa perspetiva de autonomia da escola, que caminhos devem ser trilhados? A aposta do Presidente do Conselho de Escolas é num reforço da identidade, valorizando a diferença, num processo gradual diferenciado e diferenciador, com etapas e patamares de alargamento de competências, na identidade de projetos escolares, na responsabilização dos órgãos de administração. ●

Mário Nogueira, Secretário Geral da FENPROF

No encerramento, Mário Nogueira, Secretário Geral da FENPROF, teceu considerações e alinou exemplos concretos, denunciando o processo de municipalização em curso como um “projeto de reconfiguração do sistema”, que põe em causa a escola pública. | L.C. ●





WISEU

“Inclusão: o grande desafio do futuro”

Inclusão: o desafio do futuro, foi o tema proposto para a 5ª Conferência, realizada em Viseu, dia 16 de maio, no âmbito do ciclo de conferências que a FENPROF está a organizar vi-

sando a reflexão e discussão de diversos temas que afetam e condicionam a vida nas escolas e o desempenho docente.

Não se torna fácil falar de inclusão numa época em que os modelos de organização social se alteraram de modo acelerado, implicando processos de adaptação sistémica que envolve fatores tão diversificados como culturas, religião, barreiras linguísticas, etc. O tema por si só é complexo e muitas vezes fraturante mas é urgente discutir e refletir sobre o que se está a passar.

As enormes dificuldades que as famílias sentem quando têm de enfrentar problemas de exclusão, e sobretudo, as dificuldades que as nossas crianças e jovens vivem nos seus processos de aprendizagem por causa de questões sociais, de religião ou de qualquer perturbação da sua condição física ou intelectual.

Pelo contacto permanente de trabalho, de proximidade com os professores nas escolas, registamos as preocupações e as angústias perante os poucos recursos existentes, materiais e humanos, para fazer frente às mais diversas situações em que é preciso agir e fazer uma intervenção especializada, sistemática. Os relatos dos pais que são diariamente confrontados com inúmeros obstáculos e poucas respostas de atendimento dos seus filhos quando por qualquer motivo o seu percurso escolar não é o dito “normal”.

Temos consciência que a escola cujo papel deve ser também educar para a cidadania promovendo o respeito pelo outro, aceitando e compreendendo as diferenças, poderá, por causa das políticas desastrosas em curso, criar ou potenciar situações de exclusão e segregação inaceitáveis contra as quais aos sindicatos da FENPROF sempre se revelarão.

Para nos ajudar nesta reflexão e discussão convidámos o Dr. José Morgado, docente do Instituto Superior de Psicologia Aplicada, o Dr. Joaquim Colôa, docente do Agrupamento de Escolas Padre Bartolomeu de Gusmão e ainda a Coordenadora Nacional da Educação Especial da FENPROF – Ana Simões. Para o encerramento da Conferência, contámos ainda com a presença do Secretário-Geral da FENPROF Mário Nogueira.

Numa sala muito bem composta, desde



o início da Conferência, a atenção e participação no debate revelou o grande interesse pelo tema e pela necessidade de encontrar soluções para um problema que se arrasta de ano para ano e que impede que, para escola e para a sociedade, haja políticas verdadeiramente inclusivas. ●

José Morgado (docente do Instituto Superior de Psicologia Aplicada)

Foi o Professor José Morgado o primeiro Forador. Fez uma abordagem mais abrangente sobre o conceito da inclusão, não centrando apenas na questão específica da escola inclusiva para as crianças e jovens com necessidades educativas especiais.

Morgado começou por tecer um comentário: “Os tempos para a educação estão malignos”, expressão usada na sua região quando o povo quer dizer que algo vai mal. Também citou Biesta (2010), “A história da democracia pode ser escrita como uma contínua luta pela inclusão”.

Para José Morgado, a educação inclusiva decorre do direito à educação de qualidade de todos os alunos – não se trata de uma opção científica ou de um conjunto de procedimentos de natureza técnico-pedagógica.

Falou dos processos e práticas ineficazes que geram equívocos e produzem fracassos e frustrações em alunos, famílias, e professores. Criticou a sobrevalorização do

resultado da aprendizagem em detrimento do sucesso da mesma. Referiu o problema crescente das aprendizagens das crianças serem “cilindradas” pelas metas curriculares.

Chamou a atenção de que estamos efetivamente a recuperar o abandono escolar mas não estamos a promover o sucesso.

Para José Morgado a questão do aumento do número de alunos por turma é mais um problema aceso. Não é possível praticar um ensino com diferenciação pedagógica com muitos alunos na sala de aula.

A título de conclusão, pergunta: “Que educação queremos para os nossos jovens?” A que dá competências? A que dá competências para promover a qualidade? (para todos – quer para os que vão para a universidade quer para os outros que têm de ganhar competências de vida e para a vida?). Finalizou a intervenção com uma frase de Almada Negreiros “Educar é ajudar alguém a saber tomar conta de si próprio”. ●

Joaquim Colôa (docente do Agrupamento de Escolas Padre Bartolomeu de Gusmão)

Seguiu-se a intervenção do Professor Joaquim Colôa. Outro brilhante contributo para a reflexão sobre a inclusão. Esta foi mais direcionada para as questões particulares das crianças e jovens com necessidades educativas especiais e as respostas que a escola está – ou não! – a dar. Na sua

opinião é urgente assumir politicamente o que se quer de facto para a inclusão e escola inclusiva. Explicitar muito claramente o que se propõe mas com conceitos e regras que têm de ir muito para além de uma legislatura. Criticou e refere a urgência de revogar o Decreto-Lei 3/2008 – “a utilização da CIF como instrumento de avaliação tem de deixar de se aplicar”. Também Colôa entende que a CIF não avalia, mas classifica os alunos. Sendo um instrumento de aplicação médica e não pedagógica subverte todo o objetivo que se pretende com a sua aplicação.

Referiu, ainda, a importância fundamental de assegurar compromissos em relação à formação inicial não só dos professores especializados como ainda de outros profissionais a trabalhar na área da Educação Especial. Segundo ele, a formação ministrada tem de ser adequada a este exercício profissional, eficaz, de qualidade, exigente e com currículos específicos. “As instituições de formação têm de assumir compromissos claros e sérios com as propostas que fazem”, disse.

Para Joaquim Colôa, “há ainda que clarificar as competências requeridas para os profissionais da Educação Especial assim como clarificar de uma vez por todas as regras de recrutamento”.

Colôa coloca ainda uma grande preocupação no “financiamento da inclusão”. Para o Professor, as instituições privadas de educação especial não deveriam poder substituir a escola pública. Esta sim é que deve assumir a educação especial e promover o ensino para as crianças que dele venham a necessitar. Logo devem ser revogadas as Portarias 1102 e 1103. Tem de se reequacionar o papel e função das instituições de Educação Especial.

Os alunos que frequentam a Educação Especial devem ser todos qualificados e certificados. Aos jovens tem de ser possibilitado um bom e adequado percurso de transição de vida Pós-Escola. A Portaria 275/A tem igualmente de ser revogada.

Também a Intervenção Precoce foi abordada. Deve reequacionar-se e aferir a relação entre a conceção e a prática do que se pretende com esta modalidade educativa. Terá de ser clarificado o que se pretende enquanto competências atribuídas à intervenção precoce. Delinear também o que se pretende em relação às competências exigidas para desempenhar funções na IP e ainda a forma de recrutamento. Clarificar e fortalecer os compromissos e a colaboração entre serviços e outros agentes da comunidade. ●

Ana Simões (membro do Secretariado da FENPROF e Coordenadora Nacional da Educação Especial)

Ana Simões fez referência ao nível de preconceito ainda existente em relação à deficiência. Para esta dirigente sindical, a sociedade é, ainda, muito restritiva quando

se trata de atribuir funções ou integrar indivíduos no mercado do trabalho e até mesmo na vida ativa, quando estes apresentam alguma limitação. “Só através de um sistema de ensino valorativo, interventivo, integrador, de inclusão efetiva é que se poderá começar a alterar comportamentos para uma mudança positiva”, fez questão de clarificar.

A escola pública terá de ser o meio privilegiado de promoção da inclusão e da integração como preparação para a vida, quer dos indivíduos com deficiência, quer de todos os cidadãos. Após as intervenções seguiu-se o debate. Questões, dúvidas e contributos. Muito mais se disse e se refletiu. Muito se aprendeu. A Conferência foi um prémio. Uma manhã de sábado que os participantes trocaram do seu tempo livre para ouvir, para pensar e para no seu dia a dia melhor intervir. ●

Mário Nogueira (Secretário Geral da FENPROF)

A conferência foi encerrada pelo Secretário Geral da FENPROF que reforçou a ideia da inclusão e também da ne-

cessidade de termos uma escola capaz de responder adequadamente a todas as crianças com necessidades educativas especiais sendo que o caminho não é, decerto, o da segregação ou o do financiamento, através de pirilampos cuja magia está longe de resolver os problemas.

Reiterou a importância de continuarmos a pugnar pela defesa da escola pública, democrática e para todos. Para isso é preciso estarmos atentos, ativos, participativos e disponíveis para assumirmos posição nas lutas que visam interromper e mudar o prosseguimento das políticas em curso, danosas, destruidoras e que pretendem o desmantelamento da escola pública e democrática, para todos, privilegiando as privatizações, o ensino particular, a elitização e a segregação.

Considerando que este é um problema de todos os professores e alertando para as implicações da municipalização neste domínio, apelou a um grande envolvimento dos professores nas ações e lutas que já estão previstas. ●

CICLO DE CONFERÊNCIAS FENPROF 2015
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

22 maio FUNCHAL
Auditório do Sindicato dos Professores da Madeira
18h30

O papel da Autonomia Regional na definição das políticas educativas

ICOM A PARTICIPAÇÃO DEI

| Francisco Santos |
Secretário da Educação da RM

| Carlos Pereira |
Economista e deputado na Assembleia Legislativa da Madeira

| André Escórcio |
Deputado Representante e Deputado da Assembleia Legislativa da Madeira

| Rita Pestana |
Presidente da Assembleia de Direção da FENPROF

| Mário Nogueira |
Secretário Geral da FENPROF

CICLO DE CONFERÊNCIAS FENPROF 2015
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

6 junho PONTA DELGADA
Auditório do Hotel VIP
10H00

Currículo escolar - uma questão essencialmente política?

ICOM A PARTICIPAÇÃO DEI

| Margarida Serpa |
Professora Acolhida da Universidade dos Açores
Departamento de Ciências da Educação

| Francisco Sousa |
Professor Acolhido da Universidade dos Açores
Departamento de Ciências da Educação

| Mário Nogueira |
Secretário Geral da FENPROF

As cidades do Funchal (RA Madeira) e Ponta Delgada (RA Açores) acolhem as duas últimas conferências temáticas da FENPROF, respetivamente nos dias 22 de maio e 6 de junho. No Funchal será analisado o papel da autonomia regional na definição das políticas educativas. Em Ponta Delgada, o debate vai tentar encontrar respostas para esta interrogação: *será o currículo escolar uma questão essencialmente política?*

Mobilidade especial

FENPROF entregou Petição na A.R.

O atual Governo aplicou este ano, pela primeira vez, a mobilidade especial aos professores. Fê-lo em dois ministérios: na Segurança Social, atirando 139 docentes para a chamada “requalificação”, e na Educação em que, no final de todo o processo, houve 12 docentes a serem remetidos para este regime que, à maior parte dos professores, está a significar um corte salarial efetivo superior a 50%.

Relativamente aos docentes da Segurança Social, a maior parte a desenvolver atividade nas CPCJ, as consequências são bem conhecidas e a motivação do ministro também: privatizar a atividade que era desenvolvida por docentes e outros trabalhadores da Administração Pública; no Ministério da Educação, as razões são aparentemente estranhas – por que razão aplicar um regime de excedentários num setor em que estes são apenas 12 em mais de 100.000 trabalhadores? – mas efetivamente negativas: em ano eleitoral era desaconselhável para o governo aplicar esta medida a um número elevado de docentes, mas, sendo o último ano do seu mandato, não queria aquele deixar de a aplicar, abrindo assim caminho para no futuro, num eventual quadro de con-

tinuidade de políticas, a medida se aplicar de forma muito expressiva. A FENPROF reitera o que sempre afirmou:

não há professores a mais. O que começa é a haver escola a menos e também a ser cada vez mais visível uma estratégia de redução da resposta pública de educação, gradualmente substituída pelo aumento da privada. Contra a mobilidade especial / requalificação, a FENPROF tem-se envolvido nas mais variadas lutas, tendo também promovido uma Petição dirigida à Assembleia da República que rapidamente reuniu as assinaturas necessárias para ser debatida em Plenário. Esta Petição foi entregue na Presidência da AR, no passado dia 30 de abril. A delegação sindical, dirigida por Mário Nogueira, foi recebida pelo Vice Presidente, António Filipe.

Os peticionários exigem:

A não aplicação do regime de requalificação/mobilidade especial aos docentes, pois, como se confirma, não há professores a mais nas escolas;

O regresso às suas escolas dos docentes que delas foram retirados, onde deverão continuar a desenvolver as atividades por

que eram responsáveis; A consideração, no âmbito da componente letiva, de todas as atividades que implicam trabalho direto com alunos, designadamente as que o MEC reconhece para efeito de completamento de horário letivo, exceto quando a titularidade de turma não atinge as seis horas. Este reconhecimento, aliás, já foi assumido pelo MEC em ata negocial com as organizações sindicais, mas depois desrespeitou o seu compromisso;

Que não sejam tomadas mais medidas, sendo corrigidas as já impostas, destinadas a dispensar docentes, todas elas com custos elevados para a qualidade do trabalho nas escolas. De entre tais medidas, destacam-se o aumento do número de alunos por turma, a permanente manipulação da organização dos horários de trabalho, o corte de horas às escolas para se organizarem pedagogicamente, o desrespeito pelos limites estabelecidos para turmas com alunos com NEE, soluções curriculares de natureza economicista, entre outras. ●



Concurso de Professores Segue o Curso!

VÍTOR GODINHO (membro do SN da FENPROF)

As listas provisórias de ordenação de candidatos admitidos aos concursos de professores, recentemente divulgadas, põem a nu as injustiças que resultam da conjugação de uma norma que o MEC designou de “travão” – e com a qual pretende fazer de conta que está a dar cumprimento a regras comunitárias em matéria de vinculação de professores – com a concretização, desde 2009, de processos de renovação de colocações/contratos onde têm reinado as mais iníquas arbitrariedade e discricionariedade.

Os números extraídos das listas provisórias falam por si: são mais de 20 mil os candidatos ao ingresso nos quadros excluídos da “norma travão” com graduação profissional superior ao último graduado por ela abrangido; ou, visto de outra forma, apenas cerca de 1/3 dos 865 candidatos que alegam possuir as exíguas condições associadas àquela norma – ter 5 anos sucessivos de contratos anuais e completos no mesmo grupo de recrutamento – vinculariam caso as 1453 vagas declaradas para o concurso externo fossem distribuídas de acordo com a graduação profissional.

Esta flagrante injustiça (bem como a sua dimensão quantitativa), não constitui, propriamente, uma surpresa. A FENPROF, antevendo-a, propôs ao MEC em sede de negociação – o que este, como é seu timbre, rejeitou –, que a vinculação se estendesse também a todos os docentes com 3 ou mais anos de serviço prestado no ensino público que possuíssem uma graduação profissional superior ao do último graduado abrangido

pela “norma travão”. Mas esta injustiça também se abate sobre os professores dos quadros, pelo facto de o MEC lhes vedar o acesso a qualquer das 1453 vagas que abriu, em exclusivo, para o concurso externo. Neste particular, o MEC negou-se a concretizar qualquer solução técnica (que as há) para assegurar que, mesmo sem pôr em causa a aplicação da “norma travão”, nenhum docente dos quadros fosse ultrapassado nas preferências por si manifestadas.

Mas os problemas associados aos concursos não se esgotam na aplicação da norma travão. Para além de outras questões, de menor abrangência, destaque-se: a mais do que certa reincidência do MEC na ilegalidade de excluir candidatos do concurso por não terem obtido aprovação na PACC, quando tal requisito não era verificável – não podendo, por isso, ser-lhes exigido – até ao termo do prazo legalmente fixado para a formalização das candidaturas, em razão da componente específica da prova se encontrar, então, por realizar; a repetição de uma mobilidade interna com diferentes prioridades, ampliando as injustiças na distribuição dos lugares disponíveis; a concretização de uma segunda edição das bolsas de contratação de escola, que tantos e tão graves problemas criaram às escolas públicas e aos professores no presente ano letivo.

Todos estes problemas têm um denominador comum: na sua origem está a indistigável intenção do MEC em destruir o concurso nacional de professores assente na graduação profissional. A introdução de mecanismos de renovação de contratos/colocações estranhos à graduação, a abertura de vagas a que nem todos podem concorrer, a exclusão de candidatos profissionalizados por via de uma PACC que não lhes poderia ser exigida, a definição de prioridades na mobilidade interna que distorce o critério de ordenação da graduação profissional e o afastamento de um conjunto significativo de escolas (as TEIP e/ou com Contratos de Autonomia) do concurso de contratação nacional, constituem diferentes focos de uma degradação dos princípios basilares em que deve assentar o concurso nacional. Concurso nacional que o é cada vez menos: já deixou de o ser para alguns professores (os não aprovados na PACC) em todas as escolas e para todos os professores contratados nas muitas escolas TEIP e/ou com Contratos de Autonomia.

Os professores têm a obrigação de travar este processo de acelerada degradação dos concursos sob pena de, se nada fizerem, pouco terem a perder quando, dentro de não mais de 2 anos, lhes for anunciada a extinção definitiva do seu cariz nacional. ●

Legislação laboral

A “cassete” do Banco de Portugal...

No artigo publicado no *Boletim Económico da Primavera*, o Banco de Portugal (BdP) volta a insistir numa nova alteração da legislação laboral centrada em mais ataques a direitos fundamentais dos trabalhadores, como o direito ao trabalho com direitos, a um salário digno, à contratação coletiva como um elemento de progresso social e à proteção social devida a quem foi empurrado para o desemprego.

Depois da política de exploração, desigualdades e empobrecimento a que os trabalhadores e suas famílias estão a ser sujeitos em resultado da política do Governo do PSD-CDS e do memorando da *troika*, o BdP entende que o que foi feito não chega, e é preciso ir mais longe, como alerta a CGTP-IN.

A Central Unitária comenta ainda: “A mesma entidade, que não cumpre as suas funções de supervisão e regulação bancária, permitindo que descalabros como o do BPN e do Grupo Espírito Santo acontecessem com enormes prejuízos para o erário público e para a população portuguesa, pretende imiscuir-se em matérias que extravasam o seu âmbito e competências e assume-se como caixa de ressonância dos interesses dos grandes grupos económicos e financeiros e dos que, a pretexto do Tratado Orçamental e das chamadas “reformas estruturais”, visam dizimar os direitos laborais e sociais e aumentar a exploração dos trabalhadores.”

Vergonhoso!

No momento em que os grandes acionistas das empresas cotadas em bolsa recebem 1,9 mil milhões de euros de dividendos das ações, é vergonhoso que o BdP continue a privilegiar os que vivem à sombra da especulação parasitária e à custa do esbulho de quem produz a riqueza do país.

As propostas divulgadas são elucidativas do modelo de sociedade defendido, uma vez mais, pelo BdP. A CGTP-IN esclarece:

- Defendem a redução das indemnizações por despedimento sem justa causa, afirmando que os custos das empresas continuam demasiado elevados quando despedem ilegalmente trabalhadores, pelo que insistem na facilitação dos despedimentos e em novas reduções das referidas indemnizações;

- Entendem que os valores médios do subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego, de 462€ e 419€, respetivamente, e que cobrem apenas 1/3 da população desempregada, são excessivamente gene-



rosos e desencorajam a procura de trabalho, pelo que sugerem a redução do período de atribuição das prestações que, a concretizar-se, empurraria mais trabalhadores para a pobreza e a exclusão social;

- Consideram a lei e a contratação coletiva como obstáculos à redução das remunerações dos trabalhadores, pelo que exortam as empresas a não aumentar os salários e a apostar na componente variável (bónus, comissões) de forma a promover cortes na retribuição quando muito bem entenderem;

- Atacam a contratação coletiva e as portarias de extensão, enquanto fonte de direitos e progresso social, pelo que advogam a sua destruição e substituição pelo contrato individual de trabalho, para reduzir direitos e salários;

- Questionam o aumento do salário mínimo nacional, assumindo que a sua atualização dificulta o “ajustamento no mercado de trabalho”, sugerindo que eventuais alterações devem passar por medidas de carácter fiscal.

Esta última proposta é, aliás, uma clara referência ao Complemento Salarial, que consta do documento elaborado por um grupo de economistas, a solicitação do PS, e que uma vez implementado e suportado pelo Orçamento do Estado, alargaria o número de trabalhadores pobres e incentivaria as empresas a contratar com salários cada vez mais baixos.

O BdP continua portanto a “servir de lebre” à política neoliberal do Governo. Uma política que colocou Portugal como um dos países mais desiguais da União Europeia, com a parte da riqueza que vai para o trabalho a cair para os níveis mais baixos de sempre, em contraponto com o aumento, sem precedentes, da parte relativa ao capital.

As medidas divulgadas são parte integrante da “cassete” da política de direita e do Governo do PSD-CDS, a que urge pôr termo. Para bem dos trabalhadores, do povo e do país! ●



Municipalização da Educação

Consulta aos Professores

FRANCISCO ALMEIDA (membro do SN da FENPROF)

A FENPROF e outras sete organizações sindicais de professores realizam nos próximos dias **2, 3 e 4 de junho** uma consulta aos professores e educadores sobre a problemática da municipalização da educação. Trata-se de um processo que implica a realização de uma votação em todos os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas de todos os concelhos do continente.

“Concorda com a municipalização da Educação (processo que o governo está a iniciar em alguns municípios)?” – Esta é a pergunta que constará do boletim de voto. Os professores e educadores em votação secreta serão chamados a responder sim ou não. Com a municipalização da Educação o governo

pretende passar para as autarquias um largo conjunto de competências, responsabilidades e encargos.

O contrato que o governo quer assinar com as câmaras municipais e a matriz de responsabilidades que integra esse contrato pretende nomeadamente:

- Colocar em causa a autonomia dos professores e dos órgãos das escolas na gestão curricular;
- Conferir às autarquias o poder de gerir a mobilidade dos docentes entre escolas e mesmo o recrutamento de professores para a componente local do currículo – 25 % do total;
- Retirar às escolas a autonomia na constituição e gestão de turmas;
- Premiar as câmaras que poupem com pessoal e recursos físicos e materiais.

Mas, os objetivos estratégicos deste

processo são os que constam da chamada reforma do Estado aprovada em resolução do Conselho de Ministros, de 8 de Maio de 2014.

Ora, esse documento do governo, onde consta a municipalização da educação, é claro nos seus objetivos quando aponta para a redução do financiamento das funções sociais do estado, dispensa de trabalhadores nesses serviços e a entrega da sua gestão a empresas privadas.

Assim, se deve entender que a oposição da FENPROF ao processo de municipalização da educação não radica nesta ou naquela questão instrumental mas, isso sim, nos seus fundamentos e objetivos estratégicos.

São razões de sobra para aqui se apelar à participação dos professores e educadores na consulta que já foi anunciada. ●

Avaliação em contexto de Educação Pré-Escolar

JULIA VALE (membro do SN da FENPROF)

Decorreu no passado dia 7 de maio, na Direção Geral de Educação (DGE), uma reunião para abordar questões relativas à avaliação em contexto de Educação Pré-Escolar. Neste encontro, que a delegação da FENPROF avalia de forma globalmente positiva, a DGE foi questionada sobre a informação prestada pelo Secretário de Estado no encontro relativo ao Estudo de Avaliação das Orientações Curriculares e da Qualidade na Educação Pré-Escolar (OCEPE), realizado em fevereiro, de que estaria a ser elaborado um documento sobre avaliação na Educação Pré-Escolar e que o mesmo seria concretizado em junho.

Como preocupações relativamente a essa matéria, a delegação sindical colocou, entre outras, a necessidade de existirem períodos para avaliação coincidentes com os do 1º CEB dando nota que na nossa perspetiva e como vimos defendendo desde 2001, isto implica a alteração da situação relativa ao calendário escolar para a Educação Pré-Escolar. Como exemplo de que é possível outra solução, referimos a situação na Região Autónoma dos Açores onde se constata que o facto do calendário escolar para a EPE e o 1º CEB serem iguais contribui para o desenvolvimento de um melhor trabalho e uma maior

e melhor articulação entre os dois setores de educação, nomeadamente por altura dos momentos de avaliação.

A FENPROF defende que a implementação de quaisquer orientações sobre avaliação na Educação Pré-Escolar deverá ser antecedida de um período experimental de modo a testar procedimentos e instrumentos e aferir da sua exequibilidade e que, durante esse período deverá haver espaço para um amplo debate onde todos os intervenientes possam participar.

Ações de formação

Relativamente a esta questão, foi assumido pela DGE que as OCEPE são a base para a avaliação e que, assim sendo, não poderão existir sumários que compartimentem os tempos letivos nem grelhas que sirvam de ficha de avaliação quantitativa. De igual forma foi prestada a informação de que as “novas” OCEPE mantêm a base do documento ainda em vigor, tendo sido apenas reestruturadas as áreas que o MEC considerou serem mais deficitárias, como as ciências e as TIC, o que vai de encontro à opinião manifestada pelas/os educadoras/es de infância. Adiantou ainda a DGE que, na sequência da publicação das novas OCEPE, promoverá ações de forma-

ção para os educadores de infância sobre a aplicação das mesmas e que procederá à publicação de documentos de apoio à sua implementação.

A DGE afirmou ter conhecimento de situações que ocorrem em agrupamentos que não respeitam o previsto nas OCEPE nem na Circular nº 4 /DGIDC/DSDC/2011 e, nesse sentido, informou que na reunião que a DGE irá realizar com as direções dos agrupamentos de escola em outubro, se propõe agendar um painel sobre questões da educação pré-escolar nomeadamente planificação, avaliação, sumários, OCEPE, entre outras.

Reconheceu o mau entendimento que existiu relativamente aos objetivos das metas de aprendizagem, afirmando que as mesmas serviam apenas como referencial e que não foi intenção de nenhum governo transformá-las em lei, reforçando que as OCEPE são a legislação em vigor que deve orientar os educadores;

Informou ainda que em junho será divulgado o documento resultante da revisão das OCEPE que estará em discussão pública durante o período de um mês remetendo para esse momento a possibilidade da FENPROF se pronunciar sobre o assunto. ●



Processo “Cambridge”:

Inadmissível e vergonhoso!

ANABELA SOTAIA (membro do SN da FENPROF)

O governo português, através do IAVE, estabeleceu um protocolo de cooperação com a instituição privada Cambridge English Language Assessment e outros parceiros como o BPI, a Porto Editora, A Novabase, a GlobeStar Systems e a Fundação Bissay Barreto para aplicação, em Portugal, do projeto Cambridge English for Schools. Tudo isto a propósito da introdução, no 9.º ano de escolaridade, de um simples teste diagnóstico de Inglês!

Desde o início deste processo que a FENPROF questionou o objetivo e a falta de transparência desta parceria público-privada, pelo que apresentou as suas dúvidas junto do Ministro da Educação e Ciência, da Assembleia da República e da Procuradoria-geral da República, entre outros. O MEC nunca se dignou responder às muitas dúvidas da FENPROF, a não ser através de uns comunicados de imprensa do inefável e autoritário presidente do Conselho Diretivo do IAVE, o qual a FENPROF não reconhece como porta-voz do Ministro da Educação ou do Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário. Portanto, não houve respostas até ao momento. A Procuradoria-geral da República decidiu abrir um processo, que se encontra hoje em investigação por parte da Polícia Judiciária.

Mas o mais inadmissível e vergonhoso de todo este processo é que professores e respetivo tempo de trabalho, diretores, instalações escolares e dinheiro público foram colocados, de forma ilegítima, abusiva e

intolerável, à disposição deste mega processo e da Cambridge English Language Assessment, sem que os professores, principais executores do projeto, fossem “tidos nem achados”. No ano passado, a participação dos professores neste processo era voluntária, como não podia deixar de ser. Ninguém, nem nenhuma entidade pode obrigar professores portugueses a prestarem serviço para uma empresa estrangeira, totalmente estranha ao sistema educativo português, quanto mais a serem certificados por ela, para aplicação, repetimos, de um teste diagnóstico de Inglês aos alunos do 9.º ano!

Mas pasme-se, ou não, num desvario sem limites, o MEC impôs que este ano a participação dos professores neste processo teria caráter de obrigatoriedade! Os professores de Inglês foram designados pelos diretores (com que legitimidade?) para integrarem uma bolsa de classificadores da Cambridge para aplicação e classificação do teste PET da Cambridge. Foram depois convocados pelo IAVE (com que legitimidade?) para fazerem formação para a Cambridge e serem certificados pela Cambridge. Passando por cima de qualquer outro interesse, nomeadamente o dos alunos, os professores foram retirados das aulas, dos apoios, das substituições, da coadjuvação e de outras atividades que desenvolvem nas escolas e “convocados” para formação presencial. De seguida, foi-lhes enviada uma password para acederem a uma plataforma informática onde teriam de realizar um infindável número de exercícios. Por fim, durante várias semanas, estavam

“

Há limites para tudo e por isso a FENPROF convocou uma greve, desde o dia 7 de abril e que se irá estender até 30 de junho, a todo o serviço relacionado com a prova de Inglês.

obrigados a deslocarem-se a outras escolas para realizarem as provas orais aos alunos do 9.º ano e de outros anos, neste caso, por participação voluntária. Saliente-se que algumas provas orais estão a ser marcadas na componente letiva dos professores e/ou em horário de aulas dos alunos

Estão agora a ser convocados e pressionados, aqueles que se recusaram, e bem, a concluir esta formação e a serem certificados pela Cambridge, pelos próprios diretores, de forma intimidatória, por vezes, para fazerem uma formação online para obterem a certificação da Cambridge! O país deve ter enlouquecido de vez, não há outra explicação! Como é que as direções das escolas se submetem a este desvario do IAVE e do MEC sem questionar a racionalidade, a legitimidade e, mesmo, a legalidade de tudo isto? Será que os diretores (nem todos, felizmente), não raciocinam sobre a natureza dos seus atos, não veem que não têm competência para obrigar os professores de Inglês a submeter-se a uma certificação de uma entidade estrangeira, alheia ao sistema educativo português, para corrigirem os testes dos seus alunos? Então e a formação inicial, serviu para quê? Não tarda nada, daqui a uns tempos, só quem tiver a chancela da Cambridge pode ser professor de Inglês neste país! Não tarda nada, esta situação estende-se aos professores de outros grupos de recrutamento! Só pode ser professor de determinada disciplina se tiver a chancela e a certificação da empresa A, B ou C!

Há limites para tudo e por isso a FENPROF convocou uma greve, desde o dia 7 de abril e que se irá estender até 30 de junho, a todo o serviço relacionado com a prova de Inglês. Os professores de Inglês e os outros, os que foram designados para a vigilância da prova escrita, percebem bem o que está em causa e, por isso, deram e continuam a dar uma boa resposta a tão ultrajante e vergonhosa situação, aderindo em número bastante significativo a esta greve, colocando acima de qualquer outro interesse o dos seus alunos e o das suas escolas. Nem as ameaças que, em alguns casos, sobre si se abateram, os fizeram hesitar! Estão, por isso, de parabéns, os professores portugueses! Afirmaram a sua dignidade e profissionalidade, recusando ser usados para fins estranhos ao interesse da Escola Pública! ●



impressões

ANABELA DELGADO (membro do SN da FENPROF)

Contra a desregulamentação e violação do horário de trabalho, FENPROF avança com propostas concretas

A situação hoje vivida pelos docentes no que respeita aos horários de trabalho, foi minuciosamente preparada pelas últimas equipas do MEC e teve início quando surgiu o conceito de "privilégio" associado a direitos profissionais contidos no ECD.

A difusão da ideia dos horários privilegiados dos docentes e dos inúmeros dias de férias que gozavam preparou o caminho para que o poder ficasse com o terreno mais ou menos livre para desregular e até desrespeitar os princípios fundamentais no que se refere à construção dos horários de trabalho dos docentes.

Este ataque foi feito com tal convicção que hoje, não raras vezes, encontramos docentes que, embora revoltados com determinadas imposições que lhes são feitas em termos de horário de trabalho e natureza de funções atribuídas, têm dúvidas se tais imposições são ou não legais!

Contexto da situação

Há hoje um trabalho acrescido a realizar; a par das propostas que a FENPROF apresentará para negociar com o ministério da Educação sobre horários e outras condições de trabalho, é fundamental que todos interiorizemos, sem vergonha e/ou medo, o princípio de que os horários de trabalho têm regras que têm de ser respeitadas; os dos docentes, embora possam ter algumas diferenças, também têm de obedecer a determinadas regras que não podem violar as leis gerais do trabalho

Na verdade, um dos fatores que mais tem contribuído para o desgaste físico e psicológico dos docentes é o agravamento das condições de trabalho, particularmente a completa desregulamentação dos seus horários, o sistemático aumento do número de alunos por turma, o elevado número de turmas e níveis por professor, e, sobretudo, o permanente conflito entre o que é considerado atividade letiva e atividade não letiva.

A par destes problemas, os professores e educadores confrontam-se diariamente com um conjunto de atividades que lhes retira tempo e disponibilidade para as atividades de estudo, investigação, produção de materiais de apoio e avaliação dos alunos, essenciais ao desempenho eficaz da docência.

São inúmeras as reuniões e tarefas burocráticas de duvidosa utilidade educativa, pedagógica e administrativa em que os docentes se desgastam inutilmente.

A falta de clarificação do que se considera atividade letiva leva a que seja frequente, e cada vez mais generalizada, a ocupação dos docentes em atividades diretas com os alunos registadas na componente não letiva de estabelecimento: são os apoios a grupos de alunos de dimensões variáveis, as atividades de enriquecimento curricular, as coadjuvações, as atividades em gabinetes de receção

e apoio aos alunos quando em situação de indisciplina, as tutorias, a ocupação de alunos quando há docentes em falta, o apoio ao estudo, entre outras.

Outro foco de desgaste de um número crescente de professores reside nas deslocações que são obrigados a efetuar no cumprimento dos seus horários semanais, pelo facto de estes incluírem a prestação de serviço em diversas escolas dentro do agrupamento em que exercem funções. Deslocações estas que, não raras vezes, ou não são pagas ou são-no por valores inferiores aos legalmente fixados e sem que o tempo nelas despendido seja considerado no âmbito do horário de trabalho, como está previsto na lei para os restantes trabalhadores.

Assim, tendo em conta que são múltiplos os fatores de desgaste da profissão, quer a nível físico quer psíquico, com consequências nocivas sobre a própria saúde dos docentes e portanto também sobre a qualidade do seu trabalho, não é menos importante pressionar as entidades responsáveis pelo cumprimento da lei no que respeita às normas de SST (Saúde e Segurança no Trabalho), exigindo a constituição das comissões de SST nas escolas/agrupamentos e a criação de condições para o seu funcionamento.

Os exames

Ultimamente, a pretexto de exames e mais exames impostos aos alunos, com início logo no mês de maio, retirando, na prática, um mês de aulas aos alunos, os professores são ainda confrontados, em muitas escolas, com a marcação de serviço de exames a par do cumprimento normal do seu horário de trabalho semanal, sem qualquer compensação quer remuneratória, quer em tempo de trabalho!

A aplicação do famoso PET aos alunos do 9º ano utilizando os docentes de Inglês e de outros grupos de docência, os últimos para a aplicação do teste escrito, demonstra bem o desrespeito do MEC relativamente ao estatuto e dignidade dos docentes.

Além de parecer não ter qualquer dúvida quanto à legitimidade de colocar os docentes ao serviço de uma empresa privada, indo ao ponto de dar prioridade àquele serviço em detrimento do horário que os docentes têm de cumprir na escola, nomeadamente aulas; isto é, o MEC passou a ver os docentes como um grupo de pessoas qualificadas que pode utilizar, a seu belo prazer, em toda e qualquer tarefa que se assemelhe às que os docentes realizam!

Hoje, não restam dúvidas, a defesa do estatuto de carreira docente passa inevitavelmente pela alteração das condições de exercício da profissão ao nível dos horários de trabalho, ao nível da clarificação do conteúdo funcional da profissão, ao nível da segurança no exercício da profissão, ao nível das condições de aposentação, entre outras. ●



duas palavras

MANUEL NOBRE (spzs.nobre@gmail.com)

Uma Lição de couzas!

“Os alunos da Escola Oficial da freguesia de Ervidel, em numero de 13, que tantos foram os que fizeram exame do 2.º grau, no findo ano lectivo, vieram a Beja na ultima sexta feira, 8 do corrente, acompanhados pelos seus professores, para receberem a lição de couzas, que ressalta sempre da observação e do contacto com uma civilização mais adiantada e um meio social mais progressivo.

Embora as estatísticas oficiais afirmem ser o distrito de Beja a mancha escura no mapa desolador do analfabetismo nacional a verdade é que poucas Regiões Escolares, como a nossa, teem um professorado mais competente e dedicado à sacrosanta cruzada da instrução popular.

É ainda enorme, vergonhosa mesmo, a percentagem dos analfabetos na vasta região do Baixo Alentejo, mas a culpa disto não é dos professores, que todos cumprem, com um sacerdocio, a sublime missão do ensino,

mas sim da falta de escolas, de professores, material didático e de assistencia escolar com que nesta região, lutam todos aqueles que pela causa do ensino se interessam e pela instrução do povo se sacrificam (...).”

Este excerto é de 14 de Agosto de 1930, retirado do semanário “Ala Esquerda”, qualquer semelhança com a actualidade poderá não ser coincidência. Iniciaram hoje (18/05/2015) os exames nacionais para os alunos do 4.º ano, que o actual Governo e o seu sacrossanto Ministro tão bem souberam ressuscitar.

À imagem do panorama relatado no artigo do semanário, em início do regime da ditadura fascista, também agora se verifica a falta de assistentes, de recursos materiais, de professores, bem como o encerramento expressivo de escolas.

A deslocação dos alunos para outra escola, para aí realizarem o seu exame, também foi recuperada. Resta saber se o Ministro pensa assumir a lição de couzas, quiçá res-

saltando da observância de regimes liberais e retrógrados, onde o papel da educação não vai para além do saber ler, escrever e contar.

Recentemente, o Ministro Crato deslocou-se ao Crato tendo mencionado que “sempre fui um anti-fascista e ainda hoje o sou”. Não querendo apartar a frase do seu contexto, é de sublinhar o sentido de oportunidade do Ministro; é de facto, cada vez mais actual e urgente, continuar a combater os ideais fascistas que no nosso País impuseram aos trabalhadores formas brutais de exploração, sacrificaram gerações de jovens, forçaram centenas de milhares de portugueses à emigração, agravaram as discriminações das mulheres e dos jovens, potenciaram o analfabetismo, a degradação moral da sociedade, e entregaram a grupos monopolistas sectores estratégicos da economia.

Quase 85 anos depois do relato do “Ala Esquerda”, afirmamos – Para combater os ideais fascistas e defender a Escola Pública e futuro do País - Abril é o caminho! ●

Cartoon Henrique Monteiro



Ensino artístico especializado:

Professores exigem soluções de futuro

Na sequência de vários pedidos de reunião ao MEC, a Secretaria de Estado do Ensino Básico e Secundário reuniu (7 de maio de 2015) com a FENPROF e representantes do Movimento Reivindicativo do EAE (MREAE). Esta reunião tinha agendada a discussão dos Modelos de Financiamento das escolas do ensino artístico especializado, assim como os atrasos nas transferências das verbas, ocorridos durante o presente ano letivo, que fizeram com que os docentes destas escolas chegassem a ter seis meses de salários em atraso.

A FENPROF e o Movimento reivindicaram junto do Secretário de Estado a uniformização, no todo nacional, do Modelo de Financiamento, através do Contrato de Patrocínio, tal como prevê o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, e que as verbas cheguem às escolas no início do ano letivo para que estas funcionem dentro da normalidade necessária.

O Secretário de Estado reconheceu ter havido constrangimentos processuais e estruturais que levaram a um atraso extremo das verbas providas do Orçamento de Estado. Relativamente ao financiamento comunitário via POPH, justificou que vivendo-se uma fase de transição entre quadros comunitários, desde janeiro de 2015, ainda não existem verbas provenientes desse Fundo, pelo que o Ministério da Educação teve que transferir verbas do Orçamento do Estado para a satisfação de necessidades de financiamento que eram suportadas pelo POPH.

Acrescentou ainda que, tendo reunido com a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, que gere os fundos comunitários, com o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional e com o Ministério das Finanças, procurará assegurar que os atrasos na transferência de verbas não voltarão a repetir-se, pelo menos, até ao final deste ano letivo.

No que respeita ao próximo ano letivo, o MEC informou que se manteriam os dois sistemas de financiamento (centro, norte e Alentejo – POCH; Lisboa, Vale do Tejo e Algarve – Contrato de Patrocínio/OE), sendo de referir apenas a mudança de “Custo



Real” para “Custo por Aluno”, cujos valores estão ainda por definir, através de despacho conjunto Secretaria de Estado do Ensino Básico e Secundário / Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, a publicar oportunamente.

Perante este cenário, a FENPROF e o Movimento defenderam que os referidos valores deverão ser os que constam do Despacho nº15898/2009, referente ao Contrato de Patrocínio.

Grupo de Trabalho

Na reunião, ficou a saber-se que está criado um grupo de trabalho que prepara o próximo ano letivo, estando a trabalhar na definição da rede e nos procedimentos necessários às candidaturas ao financiamento. A FENPROF e o Movimento manifestaram a sua vontade de reunir com aquele grupo técnico, tendo-se comprometido o Secretário de Estado a agendar reunião para breve.

FENPROF e MREAE comunicaram ainda ao Secretário de Estado que no início do próximo ano letivo, caso não estejam reunidas as condições necessárias ao normal funcionamento das escolas, estas não darão início às atividades letivas. A FENPROF e o Movimento continuarão a pressionar o Ministério da Educação e Ciência para que cumpra com as suas obrigações para com

o Ensino Artístico Especializado e os seus profissionais.

Concentração no Largo Jean Monnet

“Estes docentes podem contar sempre com a disponibilidade da FENPROF para as suas lutas, a começar pela exigência de um novo modelo de financiamento das instituições”, garantiu Mário Nogueira na concentração de representantes das escolas de ensino artístico, que decorreu na manhã do passado dia 30 de abril, em Lisboa. Entre outros, participaram elementos de escolas/conservatórios de Barcelos, Coimbra, Caldas da Rainha, Figueira da Foz, Seia, Gouveia, Nelas, entre outras localidades.

O Secretário Geral da FENPROF juntou-se às centenas de docentes que manifestaram o seu firme protesto no Largo Jean Monnet, junto à representação, na capital portuguesa, da Comissão Europeia. Por volta das 12 horas, uma delegação foi recebida nesses serviços. A reunião solicitada aos representantes da Comissão teve por objetivo tentar perceber se a forma de financiar, nomeadamente esta modalidade de ensino, teria de se submeter, forçosamente, a regras que não servem os interesses das escolas e violam os direitos dos professores e demais trabalhadores. Da parte da representação



“

Os professores não rejeitam a possibilidade de haver determinadas valências financiadas por fundos comunitários, mas rejeitam que seja esta a principal fonte de financiamento do EAE. As consequências deste modelo de financiamento são conhecidas, pois já este ano obrigaram escolas a suspender a atividade e atrasaram durante meses o pagamento dos salários dos seus profissionais

comunitária houve o compromisso de colocar a questão em Bruxelas, junto das entidades que gerem estes fundos, tendo também sido fornecidas algumas pistas de outros contactos que poderão ser desenvolvidos no nosso país, como assinala uma nota entretanto divulgada pela FENPROF.

Na concentração registaram-se os depoimentos de vários professores, diretores de estabelecimentos e encarregados de educação.

Em foco está um problema com dimensão crescente que é sentido por aqueles cuja atividade é remunerada a partir de fundos comunitários, com os quais os governos têm vindo a substituir responsabilidades de financiamento que deveria ser suportado com verbas do Orçamento do Estado.

Situações pessoais e familiares dramáticas

Entre outros, um dos problemas que tem maior impacto nos trabalhadores é o atraso a que os seus salários ficam sujeitos, arrastando consigo um conjunto de situações muito difíceis. A nossa reportagem conversou com professores, com meses de salários em atraso, que nos falaram de casas penhoradas, acumulação de dívidas domésticas (água, eletricidade, condomínio, gás...) impossibilidade de comparecer no serviço por falta de dinheiro para os transportes, depressões, desespero...

“Somos cidadãos, somos pessoas, não emigrámos e temos a nossa dignidade”, afirmou à nossa reportagem um docente das Caldas da Rainha, que sublinhou: “Esta luta não pode parar, enquanto a questão do financiamento não estiver resolvida”.

Face à pressão exercida pela luta e pelo protesto dos docentes, nomeadamente no início do ano, as verbas chegaram a ser transferidas para as escolas, pagos os salários e satisfeitos alguns compromissos que, por não serem cumpridos, estavam a pôr em causa até o funcionamento de algumas escolas. “Foi sol de pouca dura”...

Entretanto, foram interrompidas novas transferências, os salários não voltaram a ser pagos em muitas escolas e os problemas regressaram em força.

Em 9 de fevereiro, recorde-se, a Avenida 5 de Outubro, frente ao MEC, encheu-se de professores e de outros trabalhadores dos estabelecimentos particulares e cooperativos de Ensino Artístico Especializado (EAE), que protestavam contra os atrasos no financiamento do setor, situação que se repercutia violentamente na atividade e na vida dos seus profissionais, que, em alguns casos, estavam sem receber salário há meio ano.

Nesse dia, funcionários do MEC distribuíram uma informação à comunicação social presente, onde, de forma enganosa, se afirmava que a situação estava regularizada, o que não era verdade.

De novo milhares sem salário!

Por um lado, as escolas situadas nas regiões de Lisboa, Vale do Tejo e Algarve sofriam de atrasos que, alegadamente, terão resultado de incompetência do MEC no preenchimento dos documentos a apresentar ao Tribunal de Contas; por outro, as das demais regiões do país (Norte, Centro e Alentejo) tinham igual problema, por serem financiadas por fundos comunitários (à altura, POPH), e o regime de transferências vigente ser completamente desrespeitador das necessidades e oportunidade de financiamento das escolas, sendo também indiferente aos problemas das pessoas que nelas trabalham.

Regularizada a situação em meados e finais de fevereiro, era suposto que o problema não se repetisse. Mas repete-se nas escolas que são financiadas pelos fundos comunitários, agora designados por POC. De facto, depois dos pagamentos realizados em fevereiro, que na melhor das hipóteses terão ajudado a cobrir os salários e demais despesas de funcionamento até ao mês de novembro, não voltou a haver qualquer transferência de verba e os problemas voltaram a abater-se sobre todas as escolas. Vítimas disso, milhares de professores e outros trabalhadores estiveram de novo sem receber salário. Este é um problema que afeta diretamente as escolas do Norte, Centro e Alentejo, mas que ameaça estender-se a todo o país, incluindo Lisboa, Vale do Tejo e Algarve, uma vez que está em cima da mesa um projeto ministerial que visa transferir o financiamento, em todo o território continental, para fundos comunitários, como alertaram vários dos intervenientes na concentração, no Largo Jean Monnet.

O Secretário Geral da FENPROF foi um dos que deixou essa alerta. E disse também que o trabalho realizado por estes docentes “é uma resposta pública” e, como tal, deve estar consignada no Orçamento do Estado. “Não podemos desistir desta luta”, realçou Mário Nogueira, que alertou também para as consequências da municipalização para a vida destas escolas e destes docentes.

Em defesa de outro modelo de financiamento

Os professores das escolas de ensino artístico especializado (EAE) que se concentraram (30/04/2015) junto à representação da Comissão Europeia em Lisboa, exigiram que seja negociado um novo modelo de financiamento que obrigue o Estado Português, através de verbas inscritas em Orçamento do Estado (OE), a garantir o financiamento das escolas e o pagamento atempado dos salários dos seus trabalhadores.

Os professores não rejeitam a possibilidade de haver determinadas valências financiadas por fundos comunitários, mas rejeitam que seja esta a principal fonte de financiamento do EAE. As consequências deste modelo de financiamento são conheci-

das, pois já este ano obrigaram escolas a suspender a atividade e atrasaram durante meses o pagamento dos salários dos seus profissionais. A concentração do passado dia 30 não teve por objetivo exigir a alteração do modelo de financiamento, pois essa não é decisão que caiba às entidades comunitárias, mas a reunião solicitada aos representantes da Comissão teve por objetivo tentar perceber se a forma de financiar, nomeadamente esta modalidade de ensino, teria de se submeter, forçosamente, a regras que não servem os interesses das escolas e violam os direitos dos professores e demais trabalhadores.

Pistas

Da parte da representação comunitária houve o compromisso de colocar a questão em Bruxelas, junto das entidades que gerem estes fundos, tendo também sido fornecidas algumas pistas de outros contactos que poderão ser desenvolvidos no nosso país.

A FENPROF decidiu, e já concretizou o pedido, solicitar reunião aos responsáveis da Agência para o Desenvolvimento e a Coesão, por serem quem melhor conhece todo o sistema de funcionamento deste fundos, mas o problema principal mantém-se, coisa que o Ministério da Educação e Ciência parece não ter ainda compreendido.

É que na resposta enviada à FENPROF para, mais uma vez, adiar a realização de uma reunião que há muito vem sendo pedida, é dado muito relevo à informação de as transferências da chamada segunda “tranche” já se terem efetuado.

Trata-se de uma informação que carece de confirmação, mas, ainda que seja como é dito, as escolas já afirmaram que, mesmo pagando parte do que está em dívida, não poderão pôr em dia os salários dos docentes, pois parte da verba destinar-se-á a pagar à banca os juros de empréstimos que tiveram de efetuar.

Portanto, o motivo principal do protesto dos professores é o atual modelo de financiamento das regiões norte, centro e Alentejo que poderá vir a alargar-se em breve às de Lisboa e Vale do Tejo, bem como ao Algarve. Isto é, todo o país ficará sujeito a um financiamento que já deu provas de não ser o adequado, para além de ser duvidoso que estes fundos comunitários se destinem à satisfação de necessidades permanentes, como as que estão aqui em causa, que deverão ser financiadas pelo Orçamento do Estado. ●



Escolas particulares de ensino artístico: salários sempre em dúvida

ANTÓNIO AVELÃS (membro do SN da FENPROF)

No passado dia 30 de abril professores das escolas especializadas de ensino artístico do ensino particular e cooperativo vindos de todo o país (exceto Madeira e Açores, por razões óbvias) concentraram-se junto da representação da comissão europeia em Lisboa (Largo Jean Monnet). Razão da concentração: mais um protesto – o segundo em pouco mais de dois meses – contra o atraso no pagamento dos salários provocado pelo atraso sistemático do MEC na transferência do dinheiro acordado com estas instituições. Pelo palco passaram depoimentos dos trabalhadores afetados pela situação que lhes provoca naturais dificuldades no cumprimento das suas obrigações e na sobrevivência quotidiana, e alguns pertinentes momentos musicais.

A escolha do Largo Jean Monnet para esta concentração justifica-se pelo facto de estas escolas (que asseguram a maior fatia da educação artística do país) serem financiadas através de fundos europeus, forma de não ser incluída no orçamento de Estado esta despesa, atitude que não defendemos e que leva a considerar a formação nestas áreas artísticas como projetos transitórios, secundários, findáveis a qualquer momento em que se acabem ou restrinjam as verbas comunitárias.

Para os sistemáticos atrasos na transferência das verbas acordadas (o que leva as

escolas a endividarem-se junto dos bancos, com prejuízos que não são cobertos pelo MEC, numa espiral de endividamento que deixa muitas delas à beira da asfixia), são invocadas razões de ordem burocrática e administrativa impostas pelos regulamentos europeus.

Contudo, à delegação recebida pelos responsáveis da comissão europeia, composta por dirigentes da FENPROF e representantes das escolas envolvidas, foi garantido haver formas, já usadas, de solucionar a questão.

Estabilidade financeira é fundamental

Na véspera da concentração, o MEC divulgou através da comunicação social a informação de que as verbas já teriam sido transferidas, o que foi negado por vários dos intervenientes que, sublinham, exigem mecanismos que garantam não estar permanentemente em dívida o pagamento mensal dos seus salários.

Esta situação, a todos os títulos insuportável, foi também apresentada aos grupos parlamentares na Assembleia da República.

A FENPROF, em trabalho conjunto com os professores e diretores destas escolas, continuará a bater-se pela estabilidade financeira destas instituições e pelo pagamento atempado aos seus trabalhadores, condições essenciais para a dignificação do ensino artístico aqui produzido cuja qualidade é inquestionável. ●

Compensações, erros “cratos” deles

VÍTOR MIRANDA (membro do CN da FENPROF)

A exceção, para qualquer professor contratado, é a norma. É esse o resultado dos erros do MEC (Ministério da Educação e Cultura). Neste ano, uma vez mais, as colocações resultaram em erros derivados da aplicação de uma fórmula errada e de um Decreto-Lei que agrava a subversão das graduações nas colocações dos professores.

A FENPROF, em tempo útil, alertou para esta subversão e as suas consequências e tentou que o MEC aplicasse, única e exclusivamente, a graduação como critério, assim como sempre defendeu a não aplicação do sistema preconizado pela BCE (Bolsa de Contratação de Escola).

Ainda assim, a graduação não foi o critério escolhido a aplicou-se a BCE. Resultado:

- Colocações erradas;
- Colocações anuladas;
- Desculpas esfarrapadas;
- Professores contratados, uma vez mais, os prejudicados. Aliás têm sido sempre os mais prejudicados.

O MEC demorou um mês para dar resposta às questões colocadas pela FENPROF.

O MEC demorou um mês para anunciar, com pompa e circunstância, que os professores seriam ressarcidos de eventuais despesas realizadas por via das colocações.

E quantos poderiam demonstrar o que gastaram, quer nas deslocações, quer no alojamento, quer na alimentação, passados tantos meses?

E os danos causados foram apenas financeiros?!

Quantos professores, também pais, tiveram de reorganizar a sua vida pessoal, obrigando-se a levar, inclusive, os seus filhos para fora do seu meio de origem, inscrevendo-os nas suas escolas?!

Mas essas são questões que nada interessam ao MEC. Os professores sabem que o MEC tudo faz para não pagar o devido, tal como tem feito quanto à compensação por caducidade de contratos (em relação à generalidade dos contratados), obrigando-os a ir para tribunal, onde têm ganho a maioria das acções. E só assim, na barra do tribunal, lhes é reconhecido esse direito. Mas milhares que não recorrerem não receberam. Dinheiro, ao bolso do MEC.

Quando a Comissão de Acompanhamento aos lesados pela Bolsa de Contratação



de Escola (BCE) criada, por Resolução do Conselho de Ministros, para apurar possíveis compensações financeiras aos docentes contratados, no âmbito dos erros da bolsa de contratação de escola no ano letivo de 2014/2015, e que tinham visto anulada a sua colocação, por forma a viabilizar acordos extrajudiciais, informou que «a partir do dia 19 de novembro de 2014» os docentes que se considerem lesados requeiram uma compensação financeira. Nesta altura os contratados já estavam em serviço nas escolas e já tinham assumido despesas de contratos de arrendamento e deslocação para ocuparem o lugar que lhes tinha sido atribuído no concurso.

Na verdade, no fim, foram estes os resultados:

A comissão analisou 86 requerimentos, 63 dos quais foram aceites, 20 não tiveram direito a receber qualquer compensação e dois dos lesados não aceitaram os valores propostos. Dinheiro, ao bolso do MEC.

O MEC sabia à partida que as quantias envolvidas não se poderiam facilmente comprovar, passado tanto tempo, e que, a maioria delas, seriam irrisórias.

E as ultrapassagens?

Falta contudo perguntar se o simples pagamento destas despesas apagaría os danos? É que, além dos danos referidos anteriormente, há a considerar a questão das ultrapassagens do tempo de serviço que muitos perderam, principalmente os que deveriam ter sido colocados, caso as listas não tivessem tido por base uma fórmula errada.

Com o concurso deste ano, ficou bem claro que este modelo não é célere e é mais penalizador para alunos, professores e escolas do que aquele pelo qual a FENPROF pugna e que até 2006 sempre existiu: um

“

O MEC demorou um mês para dar resposta às questões colocadas pela FENPROF. O MEC demorou um mês para anunciar, com pompa e circunstância, que os professores seriam ressarcidos de eventuais despesas realizadas por via das colocações...

modelo assente única e exclusivamente na graduação com colocações centralizadas e ao longo do ano letivo. Este sistema de BCE/OE (Oferta de Escola) não funciona, nem serve as escolas!

Como é que se explica que, assim sendo, se permita que alguns alunos fiquem sem aulas durante quase três meses? Quem paga as aulas repostas pelos professores no âmbito do vocacional e profissionais? Porque, mesmo colocados, e ao fim de três meses, todas essas aulas tiveram de ser repostas.

Contratados, carne para canhão; erros “cratos”, má fortuna. Quem perde é a Escola Pública. ●



Comemoração

“40 anos do Ano Internacional da Mulher”

ISAURA MADEIRA (Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens da FENPROF)

A convite do MDM, a FENPROF esteve presente no debate dos “40 anos do Ano Internacional da Mulher” que teve lugar na Biblioteca da Assembleia da República, no dia 27 de Abril. Este debate foi promovido pela Assembleia da República e integrado nas comemorações dos “40 anos das Eleições Livres em Portugal”, com organização do MDM.

Neste debate, participaram Dulce Rebelo, Regina Marques e Regina Tavares da Silva. A

moderação esteve a cargo de Manuela Antunes da Silva e a sessão de abertura esteve a cargo do Vice-presidente da Assembleia da República, o deputado António Filipe. O encerramento foi feito pela deputada Elsa Pais, Presidente da Subcomissão de Igualdade da Assembleia da República.

Porque foi importante o Ano Internacional da Mulher?

Em Janeiro de 1975 o governo português aprovou em Conselho de Ministros e fez

sair em Diário da República a ratificação e celebração do Ano Internacional da Mulher, declarado como tal pela ONU. Durante este ano, o MDM promoveu várias iniciativas com sessões de esclarecimento, campanhas de apoio, publicação de documentos relativos à situação jurídica da mulher, ao acesso à educação, ao direito ao trabalho equitativamente remunerado, à proteção da maternidade, ao papel da mulher na luta pela Paz e Democracia e muitas outras iniciativas como o esclarecimento do direito ao voto que até ao 25 de abril tinha estado vedado à generalidade das mulheres.

Importante também, foi a visita a Portugal nesse ano, de Valentina Terechkova, primeira cosmonauta e a primeira mulher a viajar no espaço (1963).

Esta visita teve, entre outros objetivos, o de alertar a mulher portuguesa para o especial significado da sua viagem ao espaço, mostrando que as mulheres podiam aceder a todas as profissões que até aí lhes estavam vedadas, contribuindo para a luta pela realização pessoal e coletiva das mulheres.

Este ano teve ainda como ponto alto das comemorações, a realização de uma Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher que se realizou na cidade do México entre 19 junho e 2 de julho de 1975 e promovida pela ONU. Nesta Conferência foi reconhecido o direito da mulher à integridade física, inclusive a autonomia de decisão sobre o próprio corpo e o direito à maternidade opcional, entre muitas outras decisões. ●

Graça Morais

A arte e o feminino como motivação

MARIA JOSÉ MAURICIO (colaboradora da CIMH/FENPROF)



A Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género atribuiu a distinção Mulher Criadora de Cultura, no ano de 2014, à pintora Graça Morais. Em Abril 2015, o Município de Bragança presta-lhe justa homenagem, através de um diversificado evento cultural - Plast&Cine.

Reconhecendo o talento e o estilo inovador da sua arte, nomeadamente em relação à presença e representação das mulheres

na sua pintura, a Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens da FENPROF congratula-se e saúda Graça Morais.

Natural de Vieiro, distrito de Bragança, cresceu no seio de uma pequena comunidade longe do bulício citadino, mas mais próxima da natureza onde fundam as raízes da sua existência.

Na sua obra regista a marca identitária das origens e dá-lhe sentido através da experiência vivida com as gentes simples da sua aldeia e da ligação sentimental que mantém com as mulheres e as mães da sua terra natal, mostrando o mundo ignoto das mulheres das terras altas de Trás-os-Montes.

E fá-lo escutando Silêncios e mostrando as mulheres como natureza viva, de rosto imutável, olhar frontal, expressão determinada; e, In Sofrimento, desocultando-lhe a dor

sofrida da discriminação, do esquecimento, dos maus tratos sofridos, no corpo e na alma, sempre em maior extensão quando a violência se solta no mundo.

Neste labor artístico, denunciando o sofrimento e a injustiça, recriando e moldando o olhar sobre o feminino, a pintora transpõe para a tela, coberta de luz e de sombra, em cores vivas, o viver e o padecer das mulheres do povo e mostra que Na cabeça de uma Mulher está a história de uma aldeia. E ei-la, de cabelos em lisura cuidada, enrolado em densas tranças, de onde se anunciam entrelaçadas histórias, memórias, vivências, sentimentos, ideias e reflexões; ou, simplesmente, um toque de brio feminino, com afecto e sedução, como só Graça Morais sabe desvelar na pura forma de ser mulher. ●

PACC e formação inicial de docentes

JOÃO LOUCEIRO (membro do SN da FENPROF)

Na base da imposição da PACC lateja, desde a sua origem com o PS no governo, uma mal disfarçada desconfiança sobre a qualidade da formação inicial para a docência.

A ela, Nuno Crato somou a sua estreita visão política e ideológica acerca dos problemas da educação e do ensino, uma visão que o compele a aspergir exames – ou qualquer coisa que com eles se pareça – sempre que acha bem dar propósitos de rigor.

A desconfiança que terá, porventura, alguma motivação em determinadas mas, propositadamente, não identificadas instituições, alimentou um clima “justificativo” para a insistência na PACC. Logro! O que é verdade é que, da insistência, nada decorreu nem decorre para resolver ou reduzir problemas reais quanto a insuficiências, má organização ou deficiente funcionamento dos cursos de formação inicial. Zero! Da PACC gerada por Lurdes Rodrigues e dada à luz por Nuno Crato resultam, em exclusivo, o afastamento (ilegal) de docentes profissionalizados dos concursos e umas insidiosas discursatas oficiais, secundadas de polémicas públicas, que promovem a desvalorização da condição social e profissional dos professores e educadores.

Recentemente participámos num seminário organizado pelo CNE sobre Formação Inicial de Professores, tema que está na base da nada séria argumentação dos isolados e obstinados defensores da PACC. Mesmo a propósito, diga-se. Um interessante naipe de especialistas e implicados na matéria apresentou análises, discutiu problemas, identificou constrangimentos e necessidades, avançou linhas de intervenção.

Falou-se de diferentes metodologias e modelos de formação; dos perfis para a docência; da articulação entre licenciaturas e mestrados; de Bolonha; da pertinência do desenvolvimento de uma cultura de investigação na formação inicial; da reflexividade como característica necessária e estruturante da formação para a docência; dos perfis dos formadores de professores; dos orientadores de estágio; dos estágios, eles mesmo; do acompanhamento das escolas que os recebem; de práticas pedagógicas integradas e práticas em contexto profissional; da avaliação dos cursos, a cargo da A3ES; de



intenções e concretizações de conteúdos e de práticas na formação inicial de professores; de classificações; de indução à profissão; de período probatório; de formação inter pares; de formação contínua.

O que é que isto tem que ver com a PACC? Nada! A iniciativa do CNE contribuiu para pôr a nu o conflito entre a complexidade das questões da formação inicial para a docência e a simplória simplificação que subjaz à imposição da PACC. Durante o seminário, aliás, a PACC mereceu, apenas mas significativamente, uma ou outra referência marginal mas contundente. Se há problemas a resolver na formação inicial, ninguém ali entendeu relevante falar da PACC a propósito deles. Nem sequer o inefável presidente do IAVE que também esteve no seminário e que não terá deixado de ouvir as tais referências...

Entendemos, pois, que a PACC, a cada novo episódio, se revela como um embuste, mostrando-se o MEC inapto para compreender ou reconhecer as contradições e os prejuízos que com ela provoca. Marcha, prazenteiro e arrogante, ao contrário de quase tudo e de quase todos.

Acusar, ainda, que o MEC, via IAVE, é reiteradamente incompetente em questões básicas como a das condições de equidade na aplicação de uma prova. Tanto mais condenável quanto, com ela, quer afastar docentes da sua profissão! Foi o que voltou a acontecer, desta feita com o folhetim da prova de Português – nível 1. A solução (?) encontrada pelo JNP para a bronca do item que a prova continha e do atabalhoado prolongamento do tempo para a resolver está longe de ter sanado o problema. Há, novamente, gente

“

Da PACC gerada por Lurdes Rodrigues e dada à luz por Nuno Crato resulta o afastamento (ilegal) de docentes profissionalizados dos concursos

prejudicada, também, pela incompetência do IAVE, facto que a FENPROF já denunciou a Provedoria de Justiça. Os docentes também o poderão e deverão fazer individualmente.

Alerta da FENPROF na Provedoria de Justiça

Também à Provedoria de Justiça já chegou o alerta da FENPROF: as razões que levaram o Senhor Provedor a considerar ilegal a anterior exclusão de candidatos por via da PACC são as mesmas que tornarão ilegal a repetição da vil proeza. Atendendo ao calendário dos concursos, o requisito PACC volta a ser não exigível. Lamentavelmente, de Nuno Crato e da sua equipa já não se pode esperar mais do que “proezas” daquela espécie.

Até quando e até onde vai chegar esta afronta da PACC?... A luta é a condição – quiçá a mais sólida – para que o fim da prova esteja para breve e para que os prejuízos que dela resultam não se alarguem a mais e mais professores e educadores, com mais ou com menos de 5 anos de serviço, em busca de contrato ou mesmo já em lugares de quadro. **A luta é a condição!** ●



Memorando sobre a (não) transposição da Diretiva 1999/70/CE

FENPROF entrega documento na representação em Portugal da Comissão Europeia

A pedido da FENPROF, realizou-se no passado dia 23 de março uma reunião com o responsável da Comissão Europeia em Portugal a propósito da Diretiva 1999/70/CE, de 28 de junho, respeitante ao acordo-quadro CES, UNICE e CEEP relativo a contratos de trabalho a termo. Segundo a Diretiva, os Estados-Membro deveriam “pôr em vigor as disposições legislativas, regulamentares e administrativas necessárias para dar cumprimento à presente diretiva até 10 de julho de 2001”. Recorda-se que o acordo-quadro a que a norma comunitária em apreço diz respeito estabelece dois objetivos:

“a) Melhorar a qualidade do trabalho sujeito a contrato a termo garantindo a aplicação do princípio da não discriminação;

b) Estabelecer um quadro para evitar os abusos decorrentes da utilização de sucessivos contratos de trabalho ou relações laborais a termo.”

Posteriormente, a FENPROF entregou um memorando no qual refere “que, apesar de estarmos em 2015, o Estado Português continua em falta quanto à transposição para o direito nacional da Diretiva em causa. Tal sucede, designadamente, no que respeita aos trabalhadores que, sendo representados

pela FENPROF e seus Sindicatos, exercem funções, precisamente, no setor público”. Chamando, com exemplos, a atenção para os seguintes aspetos:

“1. É o que sucede com os docentes do ensino superior, tanto politécnico como universitário, incluindo, aqui, os designados leitores. Na verdade, hoje continuam a não existir disposições para evitar o abuso no recurso à contratação a termo no ensino superior, numa perspetiva necessária de “melhoria das condições de vida e de trabalho”, tal como direcionam os considerandos da norma comunitária. E as práticas instaladas até apontam, por incrível que pareça, em sentido contrário, isto é, no do afastamento artificial ou deterioração de condições contratuais de docentes sucessivamente contratados, práticas que, em vez de evitarem o abuso, o tornam ainda mais gritante.

2. Mas aquela não é área única, no âmbito da representação da FENPROF, em que o Estado Português infringe o direito comunitário, em concreto a Diretiva supra citada. O mesmo sucede em relação a outros grupos de docentes em que, até ao momento, nenhuma disposição foi tomada pelo Estado Português para evitar o abuso no recurso à contratação a termo e a discriminação dos

docentes assim contratados: professores do ensino artístico especializado, professores sem grupo de recrutamento legalmente tipificado e, ainda, os investigadores científicos, todos eles trabalhadores que deveriam ser abrangidos, há muito, pela obrigatoria transposição da Diretiva 1999/70/CE.

3. Por último, lembramos que a Comissão Europeia, já em novembro de 2013, instou Portugal a rever as condições de emprego dos professores que trabalham nas escolas públicas com contratos a termo. A Comissão referiu, na altura, que o direito nacional não previa medidas eficazes com vista a evitar os abusos e, ao mesmo tempo, assinalou a existência de discriminação, designadamente, salarial, considerando que tal situação é contrária à Diretiva da UE relativa aos contratos a termo. O prazo de dois meses dado pela Comissão para que Portugal resolvesse o problema terá sido, posteriormente, alargado.

Entretanto, a legislação sobre concursos e colocação de docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário – não abrange qualquer um dos grupos de docentes anteriormente referidos nem os investigadores – foi alterada pelo Governo. Estas alterações legislativas poderiam ter sido uma oportunidade para a consagração de medidas que permitissem a plena conformação com o disposto na Diretiva (no que diz respeito, em exclusivo, aos docentes visados), tal como instou a Comissão.

Durante as negociações, obrigatórias por lei, a FENPROF questionou repetidamente o MEC sobre a transposição da Diretiva para os docentes em causa, citando o processo aberto pela Comissão e sem deixar de lembrar a necessidade de que o mesmo fosse acautelado para os restantes.

O MEC nunca assumiu pretender fazê-lo naquele âmbito. Mais tarde, questionado sobre o andamento do processo desencadeado pela Comissão Europeia, escudou-se num, para nós, incompreensível “segredo de justiça”. Tal sucedeu durante as reuniões realizadas no âmbito do designado processo negocial.

Ora, a nova legislação que o Governo veio a publicar, o Dec.-Lei n.º 83-A/2014, de 23 de maio, consagra um conjunto de disposições que os responsáveis do MEC vêm referindo como “norma-travão”. Desconhece-se se o Governo considera ter satisfeito, por este meio, as exigências da Comissão e do direito comunitário. Desconhece-se, também, o andamento do processo aberto pela Comissão a Portugal.

E acontece que, salvo melhor opinião, aquelas disposições, em particular pelo conjunto de critérios que cruzam, não impedem – longe disso – o abuso no recurso à contratação a termo de docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Criam, de forma evidente, condições para o prosseguimento dos abusos flagrantes que, lamentavelmente, os governos foram cometendo, com reforçada gravidade

a partir da data em que a Diretiva deveria ter sido aplicada também aos professores, em Portugal. Ademais, as disposições na nova legislação não eliminam a discriminação, designadamente salarial, a que a Comissão aludia em novembro de 2013.

4. Acresce dizer que o quadro de incumprimento acima descrito verifica-se, também, nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores, por nelas ainda não terem sido adotadas disposições legislativas, regulamentares e administrativas necessárias para dar cumprimento à Diretiva 1999/70/CE, de 28 de junho, no que diz respeito a educadores, professores e investigadores. "Perante o incumprimento do Estado português, da responsabilidade de sucessivos governos, desde 2001, a FENPROF reiterou junto da Representação da Comissão Europeia em Portugal o apelo para a sua intervenção na "resolução dos problemas supra identificados (que envolvem investigadores e diferentes grupos de docentes), bem como no sentido da obtenção de informações sobre a posição da Comissão Europeia acerca do cumprimento da Diretiva 1999/70/CE no que aos trabalhadores representados pela FENPROF respeita".

Entretanto, no passado dia 15 de maio, a FENPROF entregou (15/05/2015) na Provedoria de Justiça uma exposição, com pedido de intervenção do Senhor Provedor de Justiça, no sentido de ser aplicada aos docentes do ensino superior, incluindo leitores, e investigadores a diretiva comunitária que impõe limites à contratação a termo. Neste documento é ainda colocado o problema com que se confrontam muitos docentes que, não tendo conseguido concluir as habilitações exigidas para integração da carreira, porque não lhes foram criadas condições laborais e académicas que o permitissem, poderão ser despedidos no final do ano em curso, caso não seja alargado o período transitório que foi estabelecido para esse efeito. ●

Iniciativa da FENPROF

Petição dirigida à A.R.

Com a uniformização das habilitações de referência (doutoramento) em todo o sistema de ensino superior (título de especialista como outra opção no ensino superior politécnico), foi estabelecido um período transitório para a sua obtenção que, para centenas de docentes termina este ano (2015).

Acontece que da inexistência de um programa de apoio à obtenção de doutoramento – dispensa da componente letiva e isenção de propinas – e da não realização de concursos para que os docentes já doutorados ingressem na carreira, problemas que decorrem da situação de subfinanciamento crónico das instituições, a precariedade tem vindo a agravar-se e o desemprego poderá, muito em breve, abater-se sobre estes docentes.

A inexistência de uma norma de vinculação para o ensino superior, especialmente para quem se encontrava contratado ao abrigo dos anteriores estatutos de carreira, constitui violação da Diretiva Comunitária 1999/70/CE, pondo em causa os direitos de docentes do ensino superior universitário e politécnico, onde se incluem os leitores das Universidades, docentes a quem o doutoramento nada garantiu em termos de estabilidade.

A falta de equidade em todo este processo, com docentes da mesmas ou de instituições diferentes a serem tratados de forma diversa, provoca um enorme mal-estar e uma grande instabilidade profissional e pode vir a



constituir, para estes docentes e para as suas famílias, uma problema social de elevada gravidade.

Perante a gravidade da situação (já há muitos professores a receber a notificação de que os seus contratos não serão renovados) impõe-se a necessária intervenção da Assembleia da República já que são sobretudo fatores, que decorrem do incumprimento do governo, que determinaram a impossibilidade de muitos docentes cumprirem as suas obrigações legais. Nesse sentido, a FENPROF pretende com esta petição:

1. O alargamento do período transitório para conclusão de doutoramento, sendo garantido, nesse novo período, dispensa de serviço docente e isenção de propinas para os que não beneficiaram dessas prerrogativas;

2. A transposição da Diretiva Comunitária 1999/70/CE, de 28 de junho, para os docentes do ensino superior público quando exercem funções permanentes em regime de dedicação exclusiva, tempo integral ou tempo parcial. | LL ●

Petição online em <http://form.fenprof.org/?sid=35569>

Reunião com a nova Presidente da FCT

FENPROF defende mudanças na investigação

A FENPROF reuniu com a presidente da FCT (ver em www.fenprof.pt/SUPERIOR) para apresentar as suas discordâncias com a política que tem sido seguida por este governo para a Ciência, da qual a FCT tem sido um instrumento privilegiado, tendo apontado as seguintes questões fundamentais:

- O aumento muito significativo da desigualdade no financiamento das unidades de investigação, tendo muitas ficado sem qualquer apoio financeiro e muitas outras com um apoio que não chega para as despesas de funcionamento corrente basal, em resultado de uma decisão de excluir a priori metade das unidades da 2ª fase da avaliação;
- As inúmeras violações dos regulamen-

tos e da legislação geral sobre os procedimentos na administração pública, que levaram a uma contestação na comunidade científica e à interposição de recursos para os tribunais e para o ministério público;

- A redução significativa do número de contratos para investigadores e a manutenção dos que conseguiram continuar empregados sob contratos precários, em violação da directiva comunitária contra contratos a termo resolutivo sucessivos;

- A grande redução do número de bolsas de doutoramento e a prioridade dada à atribuição dessas bolsas a programas de doutoramento previamente aprovados pela FCT, com critérios muito contestáveis, deixando a

descoberto em instituições de referencia várias áreas científicas e prejudicando gravemente os candidatos mais novos. Para a FENPROF o processo de avaliação deveria ser anulado e as unidades financiadas de acordo com a anterior avaliação, enquanto um sistema idóneo e equitativo não seja posto em prática. É inaceitável que as instituições não tenham os orçamentos reforçados na proporção dos salários dos investigadores contratados, por forma a terem condições de abrir concursos para a carreira de investigação científica. A necessidade de aumentar as bolsas de doutoramento que apoiem os jovens que querem desenvolver investigação nas instituições da sua escolha foi levada a esta reunião. ●

“Por um Futuro Digno”

Jornada de esclarecimento na *Baixa* de Lisboa com debate e exposição

A Comissão Nacional de Aposentados da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública promoveu uma jornada de esclarecimento e luta, em Lisboa, junto ao Arco da Rua Augusta.

A iniciativa decorreu no passado dia 8 de maio e incluiu apresentação da exposição “Por um Futuro Digno”, constituída por vários painéis que mostram a evolução da proteção social em Portugal e as consequências da desastrosa política levada a cabo por sucessivos governos de destruição dos direitos dos reformados e pensionistas da Administração Pública.

O certame está agora disponível para ser apresentado nas diversas regiões do país. Basta contactar a Frente Comum.

Além da exposição, a iniciativa na Baixa de Lisboa contou com intervenções e debates, envolvendo dirigentes e quadros sindicais, convidados, especialistas da matéria e outros participantes.

Intervindo em nome do Departamento de Aposentados da FENPROF, Graça Pedroso sublinhou que «é inaceitável e é imperioso reverter a política devastadora dos direitos dos trabalhadores onde aposentados/reformados e pensionistas se incluem. Não podemos deixar que o artigo 63º da Constituição da República Portuguesa, que institui a segurança social como um sistema universal, unificado e descentralizado, seja apagado com o argumento de que a Segurança Social e a Caixa Geral de Aposentações são insustentáveis.»

«Nós, aposentados/reformados, pensionistas», destacou a sindicalista, «não vamos voltar as costas à luta». E acrescentou: «Vivemos antes da Revolução de Abril, muitos de nós lutámos com grande firmeza pelos direitos dos trabalhadores, por uma sociedade mais justa e alcançámos muitas vitórias.

Neste momento difícil, de uma enorme degradação da sociedade portuguesa não cruzaremos os braços. É imperativo mantermo-nos na luta organizada pelas estruturas sindicais que nos representam e, ao mesmo tempo, é imperativo transmitirmos aos mais jovens as nossas vivências, as nossas lutas e vitórias antes e depois da Revolução de Abril.»

Pensões degradadas

A Frente Comum exige um “aumento de 3,7% para as pensões da Função Pública que já não têm aumento há mais de 10 anos, exceto uma ou outra pensão mínima”, como referiu a coordenadora daquela estrutura sindical, Ana Avoila.

“As pensões têm perdido muito”, salientou a sindicalista, sublinhando que “não faz sentido haver pensões ‘doiradas’, em detrimento das de quem descontou uma vida inteira e que deviam ter uma pensão digna, de acordo com aquilo que contribuíram durante a sua vida ativa”.

Ana Avoila frisou ainda que, a escassos meses das eleições legislativas, a altura é de avaliação e “o balanço é negativo” para trabalhadores, pensionistas e população em geral, porque “toda a gente perdeu”.

É necessário e urgente criar as condições para uma alternativa política que respeite os princípios, os valores e os direitos consagrados na Constituição da República, que permita a todos viver e trabalhar com dignidade, numa sociedade mais justa e solidária com os valores e os direitos de Abril no futuro de Portugal. ●



Entrevista

“Os docentes aposentados participarão em todas as lutas”



“Os docentes aposentados estão firmes na sua luta, sentem os retrocessos que estas políticas trouxeram para as suas vidas e sabem que não há inevitabilidades, que outras soluções são possíveis, se forem concretizadas com outras políticas”, sublinha Helena Gonçalves, coordenadora do Departamento de Docentes Aposentados, da FENPROF. A nossa reportagem foi ao seu encontro na sequência da jornada de esclarecimento realizada no passado dia 8 de maio na *Baixa de Lisboa*. | JPO

Que balanço fazes desta jornada, promovida pela Comissão Nacional de Aposentados da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública?

Helena Gonçalves (HG): Primeiro quero realçar que no dia 8 de maio fez 41 anos que foi criada a Segurança Social *universal, unificada e descentralizada*.

Quanto a esta jornada de luta faço um balanço positivo, embora deva referir que este é o início de um período que se pretende seja prolongado e que se venha a alargar a outras zonas do país, com iniciativas promovidas pelas várias organizações sindicais locais.

Considero-a positiva porque, como diz a canção “Tu sozinho não és nada, juntos temos o mundo na mão”. Neste trabalho, aquilo que é comum, está a ser desenvolvido em conjunto com todos os trabalhadores aposentados da Administração Pública, o que nos dá mais força na luta, pois passamos a ser um grupo maior e com mais capacidade de pressão.

Como foi a participação dos docentes nesta iniciativa?

HG: O grande objetivo desta iniciativa é chegar aos/às trabalhadores/as que passam na rua e que muitas vezes esqueceram ou desconhecem a evolução da Segurança Social, particularmente na área da aposentação. Dar conta dos retrocessos que nos estão a querer impor e que exigem que nos mantenhamos organizados nas comissões/departamentos de aposentados dos sindicatos e federações.

Podes dar uma ideia das matérias mais expressivas da exposição que esteve patente ao longo do dia na Rua Augusta? Esta exposição pode agora ser apresentada noutras localidades?

HG: A exposição – *Aposentados e pensionistas, por um futuro digno* – divide-se em quatro partes. Começa com uma abordagem histórica do desenvolvimento da “proteção social” antes do 25 de Abril, desde a 1ª República até ao 25 de Abril de 1974, baseada na previdência e na assistência. A criação da base da proteção Social em 1935, Caixas Sindicais de Previdência, por ramos de atividades e controladas pelo regime. Lembra-se que nas décadas 60/70, à custa de forte resistência e luta, os trabalhadores passaram a controlar as direções de alguns dos sindicatos mais importantes e a 1 de Outubro de 1970, foi criada a Intersindical.

Na segunda parte identificam-se as conquistas nesta área, que estão bem definidas na Constituição da República Portuguesa (CRP), aliás, não é por acaso, que os vários governos de direita têm sempre feito tentativas para a reverter. A CRP tem servido de travão ao avanço de medidas políticas ainda mais gravosas, pondo em causa os direitos dos cidadãos.

Na terceira parte enumeram-se as políticas neoliberais desencadeadas desde os anos 80, do século XX e as alterações impostas na fórmula de cálculo e nas condições de acesso à pensão, tendo como único objetivo a diminuição drástica do seu valor, desde 2004, com especial relevo às impostas pelo governo PSD/CDS que fez dos pensionistas da Administração Pública um alvo a abater.

Por fim, como contraponto à inevitabilidade de que nos querem convencer apontam-se outros “caminhos” e enumeram-se as reivindicações dos aposentados da Administração Pública.

Conforme já havia dito esta exposição pode e é desejável que vá para outras zonas do país, como suporte na promoção de debates de esclarecimento.

Que notas destacas do período de intervenções e debate?

HG: Nas intervenções houve duas linhas de força. Por um lado a importância de relembrarmos a história dos processos – Os anos de lutas que foram necessários para termos o direito à Segurança Social universal, unificada e descentralizada! O subsídio de desemprego criado em 1975, por iniciativa do IV Governo Provisório mas que só foi implementado em 1985! A luta persistente desencadeada pelos docentes aposentados entre 1989 e 1999, organizados na FENPROF e seus sindicatos, até à aprovação e aplicação da Lei 39/99 que estabeleceu as regras do regime de atualização de pensões de aposentação dos educadores de infância, dos professores dos ensinos básicos, secundário e superior. Após o 25 de Abril houve vários reajustamentos salariais, em 1989 foi aprovado um novo sistema retributivo dos docentes, mas as alterações não se refletiam nas pensões já atribuídas e só se concretizam depois de uma luta superior a 10 anos!

A outra linha de força foi o desmontar o discurso marcadamente ideológico sobre a insustentabilidade da CGA e da SS, contra os trabalhadores do Estado - apresentando-os como privilegiados, por serem detentores

de pensões imerecidas e inoportáveis, face à disponibilidade financeira da CGA. Retórica, falsa mas intencional, que deixa antever medidas penalizadoras para os atuais subscritores da Caixa Geral de Aposentações, e por isso se torna necessário repor a verdade, recorrendo ao passado evolutivo da CGA que demonstra claramente que, ao longo dos tempos, os governos não têm contribuído com os 23,75% para a sua sustentabilidade.

Também, quanto ao sistema público de Segurança Social, o governo e seus apoiantes continuam a invocar a falta de recursos financeiros para justificarem a redução drástica dos direitos sociais.

Não é o direito à Segurança Social dos trabalhadores e dos cidadãos em geral que a põem em causa. O que põe em causa a SS são as políticas de direita que, nomeadamente, fazem tábua rasa do preceito constitucional que determina que o Estado promova políticas de pleno emprego.

Os problemas financeiros do sistema não se resolvem cortando direitos, mas fazendo um combate acérrimo às fraudes, às isenções fiscais, às dívidas à Segurança Social, à incorreta atribuição de pensões milionárias sem carreira contributiva correspondente, ao corte da TSU...aumentando o emprego e diversificando as suas fontes de financiamento.

No debate foi valorizada a importância de nos mantermos unidos em torno das nossas organizações sindicais, na continuação da defesa de um futuro digno.

Os docentes aposentados estão firmes na sua luta. Estão previstas outras ações?

HG: Sim, os docentes aposentados estão firmes na sua luta, sentem os retrocessos que estas políticas trouxeram para as suas vidas e sabem que não há inevitabilidades, que outras soluções são possíveis, se forem concretizadas com outras políticas. No âmbito da FENPROF, em conjunto com os docentes do ativo e considerando as eleições que se aproximam, iremos confrontar os diferentes candidatos com a necessidade de assumirem compromissos para com os aposentados. Na IR iremos continuar a trabalhar, agora no desencadear de ações para as comemorações dos 25 anos desta organização. Na CNA/FC continuaremos esta ação de esclarecimento, como já disse, e, simultaneamente, vamos preparar o 3º Encontro de Aposentados. Assim, os docentes aposentados participarão em todas estas iniciativas e ainda nas lutas desencadeadas pelos/as trabalhadores/as do ativo. ●



O(s) dilema(s) da Europa

A 18 e 19 de março de 2015, realizou-se, em Bruxelas, mais uma reunião do Comité Sindical Europeu de Educação (CSEE). Sendo a primeira reunião deste órgão após a vitória do Syriza, a intervenção de Themis Kotsifakis, presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Secundário da Grécia e um dos membros mais ativos do Comité, foi acompanhada com compreensível expectativa (ver pág. 32).

MANUELA MENDONÇA (membro do SN da FENPROF)

No dia seguinte, o Instituto Sindical Europeu, em colaboração com a Confederação Europeia de Sindicatos (CES) e as Federações Sindicais Europeias (entre as quais o CSEE), promoveu uma conferência sobre alternativas à gestão atual da crise do euro: *O dilema da Europa: a austeridade revisitada ou um novo caminho para o crescimento sustentável*. No texto enquadrador da conferência pode ler-se que “embora a Comissão Juncker tenha incluído no seu programa alguns novos enfoques, tais como o Plano de Investimento Estratégico, as negociações do Eurogrupo com o novo governo grego tornam claro que os líderes da União Europeia permanecem relutantes a abandonar a sua fracassada narrativa austeritária. Contrariamente aos seus argumentos de que não há alternativas, alguns dos mais conhecidos economistas mundiais têm desenvolvido soluções alternativas para lidar com a crise da dívida europeia”. Para esta conferência foram convidados quatro

reconhecidos economistas, que partilharam a sua análise sobre a crise do euro e apresentaram alternativas para redesenhar a economia europeia, visando crescimento sustentável, investimento, emprego e uma prosperidade mais igualitária. A conferência foi encerrada por Bernadette Ségol, secretária-geral da CES.

Pela atualidade e a relevância da temática, transcrevemos parte de duas das intervenções, de James Galbraith e Heiner Flassbeck, adaptadas do relatório que pode ser consultado em <http://www.etui.org/Events/Europe-s-dilemma-austerity-revisited-or-a-new-path-for-sustainable-growth>.

Galbraith: o espírito de dignidade em Atenas vale mais do que dinheiro

James Galbraith – professor da Universidade do Texas, em Austin, autor de *The End of Normal: The Great Crisis and the Future of Growth*, amigo, co-autor e ex-colega de

Yanis Varoufakis e conselheiro económico informal do governo grego – falou da situação na Grécia, colocando a experiência grega numa perspetiva europeia mais ampla, como um potencial fator de mudança na gestão da crise: “É evidente que algo está a acontecer na Europa. Mas o quê?”, perguntou.

Para Galbraith, o que está em jogo na Grécia vai muito para lá das questões meramente financeiras: “Vai além do destino de um pequeno país, historicamente muito mal governado, com instituições fracas, que sofreu abominavelmente na sequência da crise ao longo dos últimos cinco anos, perdendo 25% da sua produção, tendo taxas de desemprego comparáveis às dos Estados Unidos durante o pior período da Grande Depressão, superiores a 50% entre a população jovem, e enfrentando graves problemas em todos os aspetos da vida pública e social”, acrescentando que está em jogo o futuro da Europa e até “o significado da democracia no nosso tempo.”

Considerando que a vitória do Syriza representou “uma janela de oportunidade”, Galbraith não tem dúvidas: a perspetiva de um governo anti-austeridade poder significar o início da recuperação “é um pesadelo em determinados quadrantes”. Daí, alertou, o novo governo grego estar a enfrentar “uma ratoeira económica e política bem montada”, um autêntico “campo de minas”. Contudo, Galbraith manifestou confiança no Syriza e particularmente no primeiro-ministro grego: “Conheci muitos líderes políticos durante a minha vida e não encontrei ninguém que se aproximasse de Alexis Tsipras na forma como consegue avaliar friamente a situação política. Foi isso que fez dele primeiro-ministro.” Sublinhou ainda a importância de o novo governo estar a conquistar eleitores: “um apoio popular de cerca de 80% significa que metade dos que votaram contra eles nas eleições passaram a apoiá-los”.

Galbraith continua, assim, otimista quanto à possibilidade de a Grécia vir a estimular mudanças positivas na Europa. “Há seis meses, ninguém podia antecipar um índice de apoio popular de 80% para um Governo Syriza na Grécia. Não devemos também afastar a possibilidade de mudança no clima político no resto da Europa”. E terminou a sua intervenção com as palavras do escritor francês Emile Zola: “La vérité est en marche et rien ne l’arrêtera”.

Flassbeck: precisamos de falar sobre salários

Na opinião do economista alemão Heiner Flassbeck, a crise do euro tem sido mal gerida, em muitos aspetos, mas talvez o aspeto menos compreendido tenha sido o papel que os salários desempenham. Flassbeck foi Secretário de Estado do Ministério Federal das Finanças alemão no final dos anos 1990, quando o euro foi criado. É autor de *Against The Troika: Crisis*

and Austerity in the Eurozone, co-escrito com Costas Lapavistas, e ex-diretor da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), sendo também o autor principal do influente Relatório de Comércio e Desenvolvimento da UNCTAD.

Flassbeck condenou as recentes prescrições para aumentar a idade de reforma, aumentar o horário de trabalho e remover o tecido social dos países para avançar para uma estrutura mais ao estilo alemão. “É um disparate. E apesar de isso ser claro desde o início do processo, persiste-se na ideia”, declarou, considerando que a nota produzida pelo presidente do BCE, Mario Draghi e pelo Presidente da Comissão Europeia Jean-Claude Juncker para a cimeira da UE em Fevereiro “não oferece qualquer futuro”.

Flassbeck sublinhou que a união monetária foi no seu âmago um acordo sobre uma meta comum de inflação, em vez de uma união de metas harmonizadas dos orçamentos públicos. Explicou depois como é que o euro levou a divergências na inflação e a grandes diferenças salariais. A Alemanha tentou diminuir o desemprego, reduzindo salários. Mas as pequenas divergências anuais em salários criaram um enorme fosso com o passar do tempo. O resultado foi que há agora uma disparidade salarial de 20% entre a Alemanha e a França. Segundo este economista, “a Itália e a França não podem sobreviver com um fosso de competitividade com a Alemanha, porque eles estão a perder quotas de exportação todos os dias. Se este fosso permanecer, então a união monetária não poderá continuar”.

Corte dos salários pior do que a austeridade

À possibilidade de os decisores políticos em França e noutros lugares poderem ser tentados a responder a este fosso emergente com cortes nos salários, Flassbeck respondeu: “Isso seria tolo e insensato, já que iria destruir o resto da economia francesa. Isso é o que está a acontecer na Grécia. O corte dos salários é muito pior do que a austeridade, porque isso trouxe uma queda dramática no rendimento e esta queda dramática no rendimento levou a um aumento do desemprego”.

Flassbeck não tem dúvidas: os cortes salariais aumentaram o desemprego. “O mercado de trabalho não é um mercado de batatas”, disse ele. “Mas toda a gente está a tratar do mercado de trabalho como se de um mercado de batatas se tratasse. E enquanto fizermos isso, nunca sairemos da



crise. Porque nós precisamos que o rendimento médio do cidadão comum aumente. Precisamos que o cidadão comum tenha uma expectativa de que o seu rendimento vai crescer 2% ou 3% no próximo ano. Eliminar essa expectativa é matar o crescimento”.

Politicamente, isso também tem consequências: “Se cortarem salários em França, será desastroso: em seguida, Marine Le Pen chegará à presidência”, afirmou Flassbeck, antes de deixar outro alerta: “Se não cortarem os salários, isso acontecerá dois anos mais tarde”.

Então, qual é a alternativa? “Nós não precisamos apenas do fim de austeridade, precisamos de estímulos. Dramática e urgentemente. Por todo o lado, as expectativas de rendimento são muitíssimo baixas e a política monetária não tem mais instrumentos. Temos de mudar de rumo. Temos de inverter a marcha. Esta é a única maneira de escapar à deflação. E a Alemanha tem de ser o corredor da frente”.

Mostrou-se, contudo, menos otimista que Galbraith: “Nós temos uma janela de oportunidade para mudar o curso da política monetária europeia. Mas, na minha opinião, essa viragem é altamente improvável. Por quê? O que vemos na Grécia parece ser um progresso. O memorando de entendimento é agora um memorando de desentendimento. Mas outros países estão ainda sob as mesmas pressões de antes.”

Tornamo-los devedores e depois dizemos-lhes para não serem devedores

Na sessão de perguntas e respostas que se seguiu, Flassbeck disse que a negociação coletiva poderia fazer muito para impedir os salários de cair, mas observou que o diálogo macroeconómico nunca foi levado a sério. “A coisa mais importante é melhorar o diálogo macroeconómico, e torná-lo um instrumento de política. Tem de ser claro que a flexibilidade dos mercados de trabalho não é a solução, mas, na verdade, o contrário”, afirmou. “Cada país tem que viver de acordo com as suas possibilidades,

o que significa que os salários nominais a nível nacional têm que subir em linha com a produtividade nacional em todos os países membros, mais a meta de inflação de 2% acordada por todos”.

Segundo Flassbeck, isto foi bloqueado em Bruxelas por razões ideológicas. “Eu disse-o logo no início, em Janeiro de 1999, mas todos se opuseram a isso.

Otmar Issing do BCE, um alemão, disse que “só por cima do meu cadáver”.

Apelando ao movimento sindical para equilibrar essa tensão, afirmou: “Os sindicatos têm de dizer que, se os salários caem, em seguida outros empregos estarão em perigo. E que se os aumentos salariais forem razoáveis, eles realmente criam postos de trabalho. É um pré-requisito para a criação de emprego no futuro.”

A propósito da união monetária

Com mordacidade, Flassbeck observou que os excedentes da conta corrente alemã continuaram a crescer porque, a Alemanha não tem nenhum modelo económico que não seja a exportação. Isto está a destruir a união monetária, porque outros têm de ser devedores. “Tornámo-los devedores e, em seguida, dizemos-lhes para não serem devedores. Isto é impossível.”

Flassbeck defendeu ainda uma mudança na forma de controlar e monitorizar a união monetária. “O núcleo do problema é que demasiadas pessoas acreditam que ela pode ser gerida com as ideias neoclássicas da flexibilidade do mercado de trabalho”, acrescentando: “Foi um grande erro pensar-se que podia ser gerida apenas com a política monetária.

Não se podem fazer experiências nacionais em cortes salariais numa união monetária.

Não funciona. Funcionou durante um tempo com a Alemanha, porque podia empobrecer os seus vizinhos. Mas depois de algum tempo, o vizinho irá falir ou morrer, e não se lhe pode pedir para pagar a sua dívida.”

Para o ex- Secretário de Estado do Ministério Federal das Finanças alemão, o euro também necessita de igualdade de tratamento para todos os membros pelo BCE. “Eles deviam ter as mesmas taxas de juro em toda a zona euro, desde que respeitem as regras”. E concluiu: “Eu sempre lutei pela união monetária, mas foi muito mal gerida. E esta é a tarefa da Comissão. Se a Comissão não consegue ser a força motora, então estamos em apuros.” ●

Na primeira reunião do Comité do CSEE após as eleições na Grécia

Intervenção de Themis Kotsifakis

Todos os professores ficaram aliviados com a mudança política de 25 de janeiro de 2015. Cercas de ferro e polícia de choque foram retirados do centro de Atenas, do Parlamento e dos edifícios dos Ministérios, restaurando, assim, o espírito da democracia que deve emanar de uma capital europeia. Todos nós sentimos - apesar do voto de cada um - que estamos finalmente a respirar. Estamos a respirar democracia, sentindo que várias coisas em nosso país - e em particular na Educação - podem ser alteradas.

Nos últimos cinco anos, as políticas de austeridade colocaram as escolas públicas e os professores numa situação trágica. E o mesmo aconteceu com todas as áreas sociais, incluindo a saúde e a segurança social. Estes cinco anos foram marcados por cortes na despesa pública, suspensões e despedimentos de funcionários públicos, encerramento de escolas, autoritarismo na avaliação e na ação disciplinar, e por mudanças anti-educacionais. Por isso nós realizámos muitas lutas nestes anos contra as políticas neoliberais na Grécia.

Medidas na Educação

Recentemente foram anunciadas pelo novo ministro da Educação várias medidas:

- redução do peso dos exames e mudança do atual sistema de avaliação dos alunos;
- reintrodução das áreas eliminadas no Ensino Secundário Profissionalizante e recontração de professores suspensos para os seus antigos lugares;
- suspensão do sistema de avaliação neoliberal para professores e escolas. Para além disso, o ministro prometeu desenvolver verdadeiros processos de auscultação sobre as futuras mudanças educacionais.

Todas essas medidas vão claramente numa direção positiva e a sua aplicação cria expectativas de um futuro mais promissor para as escolas públicas. Ontem, o Ministério da Administração dos Serviços Públicos colocou em consulta pública uma nova lei, visando o estabelecimento de negociações e acordos coletivos no setor público, e a revogação de medidas governamentais que limitaram o direito à greve, que impuseram suspensões e despedimento



de funcionários públicos, etc. Contudo, sabemos que temos um longo caminho pela frente para ultrapassar a austeridade na Grécia.

As nossas reivindicações por melhores condições de trabalho, pelo aumento de salários e pensões e, de uma forma geral, do orçamento da educação pública, estão ainda longe de ser conseguidas.

O novo governo da Grécia está a ser pressionado pela Comissão Europeia, pelo BCE e pelo FMI para continuar com a mesma política.

Os professores e todos os sindicatos de trabalhadores pressionam o governo para mudar a política de austeridade e todas as medidas contra a democracia impostas pelos governos anteriores e pela *troika*.

Nós continuamos com a nossa luta. Temos de reforçar a ação sindical para uma verdadeira mudança no nosso país a favor do bem-estar do nosso povo. E, em colaboração com os nossos colegas em todos os países europeus, lutaremos para travar as políticas neoliberais que por toda a Europa afetam a educação pública e outros direitos sociais.

Por uma educação pública gratuita e para todos, sem discriminações. Com a confiança de que “o futuro que desejamos não acontecerá, se não trabalharmos para ele...” Obrigado a todos pela vossa grande solidariedade. ●

Themis Kotsifakis, Presidente da OLME – Grécia, 18-3-15, Bruxelas

Transatlantic Trade and Investment Partnership

Uma ameaça que urge parar

HENRIQUE BORGES

(membro do SN da FENPROF)

A jornalista peruana Vicky Peláez, em artigo publicado no passado dia 8 de Abril, “O tratado de livre comércio que destruiu o México”*, lembra que já em 1908, no âmbito da Carnegie Endowment for International Peace, se debatia “se não haveria outros meios, para além das guerras, capazes de alterar a vida de uma nação”. A conclusão foi a de que a guerra é, naturalmente, o método mais eficaz para tal, mas que os tratados, acordos e pactos internacionais também podem servir o propósito de debilitar a soberania do Estado através da sua gradual subordinação às organizações internacionais.

Como se tal não bastasse, Jean-Claude Juncker fez questão de no passado mês de Fevereiro, declarar ao jornal “Le Figaro”: “Il ne peut y avoir de choix démocratique contre les traités européens”. Para além da gravidade desta declaração, que me deixa perplexo, fica clara a ideia que o presidente da Comissão Europeia tem dos diferentes actos eleitorais nesta Europa que pensávamos e que queremos da cidadania.

Neste mundo globalizado, os tratados bilaterais e de investimentos – são mais de 32.000 – têm apresentado como resultado a diminuição das liberdades cívicas, políticas, jurídicas e económicas dos países subscritores, em especial daqueles que se encontram em vias de desenvolvimento, “forçados” a aceitar as imposições das nações mais poderosas com as quais assinaram os acordos, sendo exemplar, entre outros, o caso do México.

Com efeito, o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN ou NAFTA) – assinado pelos Estados Unidos, Canadá e México em 1992, para vigorar a partir do dia 1 de Janeiro de 1994 – transformou este último país, que nesse ano e no domínio alimentar era praticamente auto-suficiente, passados alguns anos, num importador líquido de alimentos básicos. O México, desde a entrada em vigor do TLCAN e de acordo com o jornalista Carlos Fernández-Vega, importou alimentos no valor de 275



mil milhões de dólares, 80% dos quais dos Estados Unidos, enquanto aumenta o número de mexicanos sem acesso aos alimentos e vê os seus campos agrícolas transformarem-se numa enorme fábrica de pobres.

Passaram-se vinte anos e o “importante progresso” que de acordo com Barack Obama se registou no México – país que é hoje considerado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos como um “cemitério de desaparecidos” – só se verificou relativamente aos mais ricos. A revista Forbes dava conta que Carlos Slim tinha aumentado a sua fortuna de 6.800 milhões de dólares para 77.100 milhões de dólares, Ricardo Salinas Priego de 1.900 milhões para 8.000 milhões... No total, a fortuna dos multimilionários mexicanos teria aumentado de 44.100 milhões para 129.300 milhões. O povo, esse, ficou mais pobre, 60% dos 112 milhões de mexicanos são pobres e sem acesso a qualquer espécie de segurança social, quase 30 milhões – 60,1% da população ocupada – têm trabalho precário e um salário mínimo de 167 dólares por mês. O México foi, de facto, um dos primeiros laboratórios norte-americanos para “remodelar” Estados, submetendo-os aos interesses das grandes corporações. O exemplo deste país permite compreender a razão de tantos acordos, bem como os interesses que servem.

Valores essenciais ameaçados

Um desses acordos, o “Transatlantic Trade and Investment Partnership” (TTIP), que tem a ver directamente connosco e que está a ser negociado em segredo entre a União Europeia e os Estados Unidos, se aprovado, irá colocar em questão alguns dos bens e valores essenciais a uma existência condigna: protecção ambiental, saúde

pública, agricultura, direitos dos consumidores, protecção das normas alimentares e agrícolas, bem-estar dos animais, normas sociais e laborais, direitos dos trabalhadores, desenvolvimento, acesso à informação, direitos digitais, serviços públicos essenciais (incluindo a educação), estabilidade dos sistemas financeiros e outros.

“Todo o mundo tem motivos para odiar este tratado”, disse Susan George, presidente de honra da ATTAC - França e presidente do “Transnational Institute of Amsterdam”, que com os seus 80 anos é exemplo de uma invejável lucidez. O TTIP “não é para mudar nem reformar, é sim para nos livrarmos dele, porque cada um dos seus fragmentos é perigosíssimo”.

Impactos negativos nos lucros...

Este tratado é um “sonho para as multinacionais” que se vêem já a determinar, num futuro não muito longínquo, as vidas dos povos e das nações, merecendo uma referência especial, o “capítulo” do TTIP que visa proteger o investimento, com destaque para a cláusula “Investor State Dispute Settlement (ISDS), que confere aos investidores direitos exclusivos para processarem os Estados quando considerarem que decisões democráticas – tomadas por instituições públicas no interesse público – têm impactos negativos nos lucros por eles previstos. Estes mecanismos baseiam-se em acordos exteriores aos tribunais nacionais e, desse modo, sabotam os nossos sistemas jurídicos (a nível nacional e a nível da EU), as nossas estruturas democráticas e impossibilitam o desenvolvimento de políticas de interesse público.

É natural que os nossos governantes, sempre solícitos com os interesses do capital,

não vejam o TTIP ou outros tratados, da mesma forma que Susan George. Já não é natural que sindicatos, organizações de trabalhadores por excelência, reservem uma eventual tomada de posição para um momento posterior à sua aprovação, preocupando-se sobretudo com os mecanismos neles incluídos para proteger os “direitos” que neles eventualmente vierem a ser consagrados. É o caso de algumas organizações que se reclamam do “sindicalismo democrático” e que, por vezes e em nome de um “sentido de responsabilidade” que não consigo descortinar, pouco mais fazem do que “abrir mão” de direitos arduamente conquistados pelos trabalhadores e seus sindicatos. Wolf Jäcklein, no número de Junho de 2014 do *Le Monde Diplomatique* – edição portuguesa, lembra que “os Estados Unidos só ratificaram duas das oito normas fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que visam proteger os trabalhadores. A história sugere que a “harmonização” a que conduzem os tratados de comércio livre tendem a ser feitas com base no mais baixo denominador comum. Os assalariados europeus devem, portanto, temer uma erosão dos direitos que beneficiam actualmente.”

Confiança

A posição da CGTP-IN é clara, a recusa deste tratado está assumida com toda a clareza e sem hesitações. Posição igual é a da FENPROF que recusa igualmente e de modo categórico o TTIP pelo retrocesso civilizacional que transporta consigo e, pelo facto de, a ser aprovado, conduzir ao fim dos serviços públicos.

A posição de recusa pela FENPROF deste “tratado vampiro”, como o apelida Susan George, tal como de outros que conduzem à privatização da educação e de outros serviços públicos, foi recentemente afirmada no Fórum Social Mundial de Tunis num seminário promovido pela alemã GEW e em que participaram também, para além da nossa Federação, a FNEEQ - CSN do Canadá e a “OWINFS”, podendo falar-se numa grande identidade de pontos de vista das organizações participantes. É esta identidade de pontos de vista que me faz ter confiança – se não nos descurdarmos na tarefa do esclarecimento – na nossa capacidade de parar a ameaça que representa o TTIP. ●

*Nota: (<http://mundo.sputniknews.com/firmas/20150408/1036193368.html#ixzz3XCjn1frZ>)



Fórum Social Mundial

Mais do que possível, é urgente um outro mundo!

HENRIQUE BORGES (membro do SN da FENPROF)

Foram 4.398 as organizações inscritas e 1.079 as actividades programadas para os cinco dias – 24 a 28 de Março – em que decorreu a 14.ª edição do Fórum Social Mundial (FSM). Nem todas as organizações inscritas estiveram presentes em Túnis e nem todas as actividades previstas se realizaram. O atentado terrorista ocorrido no Museu Nacional do Bardo, na semana anterior à realização deste importante acontecimento e que causou a morte de vinte e uma pessoas inibiu algumas das participações e dificultou, também por isso, a realização de algumas das actividades programadas. Apesar disso, podemos afirmar, sem a mais pequena dúvida, que a participação das mais de 50.000 pessoas, homens e mulheres oriundos de 121 países, numa atitude que foi também de solidariedade com o povo tunisino, transformaram mais esta edição do FSM num importante marco de luta pela dignidade e pelos direitos dos povos.

Foram cinco dias de debates, de seminários, de conferências e de troca de opiniões sobre o momento que vivemos e, mais importante ainda, sobre a possibilidade e a urgência de um mundo mais justo e solidário. Ao processo de globalização que nos têm vindo a impor e que se tem desenvolvido num contexto de vazio ético, devemos contrapor uma outra globalização,

centrada no ser humano e portadora de uma clara dimensão social.

Por tudo isto, o tempo que vivemos, mais do que um tempo de resistência, terá de ser um tempo de construção de alternativas ao neoliberalismo que impõe os interesses da finança e do capital, que promove as “leis do mercado” em detrimento dos princípios democráticos de equidade e solidariedade, que agrava as desigualdades, a precariedade, o desemprego, a pobreza e a exclusão. O tempo que vivemos deverá ser um tempo de defesa das funções sociais do Estado e dos direitos dos trabalhadores e das organizações que os representam.

A educação, tal como os outros serviços públicos, não ficou incólume a esta situação, que se tem vindo a agravar cada vez mais. Com a crise “decretada”, assistimos a uma acentuada degradação da qualidade da Escola Pública e da situação profissional dos docentes.

O nosso governo, tal como outros na Europa e um pouco por todo o mundo, consciente de que a receita da austeridade “a todo o custo” terá resultados social e politicamente inaceitáveis, vai gerindo a expectativa dos cidadãos, ajustando as previsões, responsabilizando o contexto internacional e/ou efeitos supostamente inesperados pela degradação das condições de vida dos cidadãos. O nosso governo, tal como outros na Europa e no

mundo, não nos diz que são as suas opções políticas que conduziram o país a um brutal empobrecimento, a uma perda de direitos e a uma ausência de perspectivas de futuro.

Num contexto em que as políticas são cada vez mais decididas a nível supra nacional, o movimento sindical, em articulação com outras organizações sociais, tem de responder com uma acção global a um ataque que é também global. O FSM continua a ser, por isso mesmo e mais do que nunca, um espaço vital para as organizações sociais – os sindicatos são-no por excelência – que lutam para preservar a dignidade das pessoas, para que elas permaneçam donas do seu próprio destino, de vencer o sentimento de inevitabilidade e capazes de construir alternativas à ordem neoliberal que nos querem impor.

A FENPROF, uma das vinte organizações sindicais inscritas no FSM participou de forma programada no seminário “Vers un deuxième Degré pour tous? L'enjeu de post-2015”, promovido pelo SNES-FSU e no seminário promovido pela GEW “Non à la privatisation de l'éducation en TTIP, CETA, TISA, etc.". Este último contou, para além das participações previstas, com a intervenção de Richard Langlois (Internacional da Educação).

O Fórum que decorreu com fortes medidas de segurança, teve o seu início a 24 de março, com uma manifestação convocada pelo “Comité de Organização do FSM”, que, com a palavra de ordem “Os povos do mundo contra o terrorismo”, partiu da Praça Bab Saoun até ao Museu do Bardo, local do ataque terrorista do dia 18 de Março e



terminou, no dia 29, com uma expressiva manifestação de solidariedade com a Palestina e o seu povo. ●

PROFESSORES NO ESTRANGEIRO

As montanhas suíças: desafios e tenacidade!

CARLOS PATO (membro do SN da FENPROF)



Naturalmente, todos nós já devemos ter ouvido ou lido a expressão “parto da montanha” e, temos pleno conhecimento do seu significado, mas como sempre haverá quem a desconheça, por fazer parte de um núcleo muito reduzido daqueles que alegam sempre algum impedimento, inventam problemas, distorcem as realidades, fazem leituras de conveniência, tal como as lojas dos chineses que substituíram as dos “trezentos"! Mas aqui não se engana ninguém, aqui não se vende “gato por lebre”, aqui luta-se, olhos nos olhos, esgrimem-se argumentos válidos, aqui salvaguardam-se os legítimos direitos do coletivo que se manifesta. Alguns, de forma titubeante, com receios infundados e levados por uma escrita bolorenta que ainda não viu que foi largamente ultrapassada no espaço e no tempo! A hora é de luta e de movimento. Quem perdeu o comboio dificilmente se agarrará à última carruagem! E os comboios suíços circulam por locais edílicos.

O “parto da montanha” ocorre sempre que um acontecimento, cercado de enorme

expetativa, resulta em algo que para uma larga maioria é o culminar de meses de angústia e para outros, felizmente poucos, é algo “ridículo” pelo qual nada fizeram mas que se vão sentar à mesa do banquete e, porventura, dizer mal do serviço, quiçá da empregada que tem o avental descosido!

Já La Fontaine dizia em “La montagne qui Accouche”, onde se lê “uma montanha em trabalho de parto, fazia tão grande escarcéu, que esses profetas da desgraça, sim, porque nem velhos do Restelo me permito chamar-lhes, com vénia merecida ao poeta, acudindo ao alarido, supunham que daria à luz, com certeza, um projeto maior e com mais reflexo traduzido nos seus anseios de trocar alhos por bugalhos, aproveitando a justa luta de alguns para, usufruindo da mesma, atingir os seus objetivos (será que são obscuros)!?

Uma luta dura que deu frutos

É gratuito o maldizer, pois ainda não paga imposto! Em janeiro a doença identificada nos corpos salariais dos professores na Suíça foi agravada com as medidas tomadas pelo governo suíço. Se a coisa não estava boa devido aos cortes salariais impostos pelo governo português que “tão bem nos tratou da saúde financeira” as montanhas suíças ficaram prenhes de problemas que, dia após dia, mais agravavam a vida das pessoas que habitavam o sopé das mesmas. Esse “medicamento” veio agravar o já débil estado de saúde económica e social com que se defrontavam os docentes. E cada dia que passava era tomado o pulso aos pacientes, que, por sua vez, ia batendo cada vez mais forte, não de excitação mas sim com as ati-

tudes “cristalinas”, ideias de quem nada faz e espera que o “parto corra bem”, escondido na sua sublime mansão, aguardando que a montanha desse à luz. E esta deu à luz um rapaz, digo, um decreto extraordinário que vem repor o que tinha sido retirado através de uma cesariana agressiva. E agora, provavelmente estes sonhadores e idealistas com os seus seguidores e defensores indefetíveis irão, como fazem as bruxas, reunir em qualquer encruzilhada de montanha, enfiam os bonés e aí vão eles montanha acima levando consigo o sabor agradável da deslealdade sob a capa da amizade, e também para não correrem o risco de serem contaminados pela bactéria transmitida pelo xixi do rato parido pela montanha.

Foi uma luta dura mas que deu frutos. Há quem não se contente com isso e queira o sol na eira e a chuva no nabal. Não sei em que mundo viverão. Esta luta deixou para trás uma grande verdade, a qual não poderá ser refutada por quem quer que seja. E a verdade é esta: os valores vão para o cofre, as flores vão para o jarro; o boi, na verdade, sofre, mas quem geme é sempre o carro. E quão íngremes são as montanhas na Suíça!

Ainda agora a procissão vai no adro. Só espero é que a “chiadeira” diminua de intensidade e que, no mínimo deixem trabalhar quem, sem qualquer tipo de pretensões, tão só ajudou a solucionar as questões. Muito mais se vai seguir. Uma certeza existe: o SPE e a FENPROF sempre darão a mão a pessoas de boa vontade, dispostas a entrar no confronto e na defesa daquilo em que acreditam.

Bem hajam aqueles que acreditaram. Aos outros... ●



Madeira

Celebrando a luta

Desde 1974, abril e maio são meses de referência para os portugueses conscientes da importância da liberdade e para os trabalhadores que não se contentam em servir, mas antes em construir uma sociedade mais

justa e mais digna. Ciente da importância do 25 de abril e do 1 de maio para os seus associados, o Sindicato de Professores da Madeira preparou um programa que celebrasse com elevação efemérides tão nobres.

O 25 de Abril foi recordado na véspera com um programa diversificado: um primeiro lugar, Sandra Monteiro, diretora da versão portuguesa do Le Monde Diplomatique, proferiu uma conferência sobre as perspetivas alternativas ao neoliberalismo, defendido em vários países europeus, inclusive Portugal; seguiu-se um jantar convívio muito participado; a animação da noite ficou a cargo da Estudantina Académica da Madeira, formada sobretudo por ex-estudantes universitários, sobretudo da Universidade da Madeira. O momento apoteótico aconteceu, quase no final da noite, quando todos os presentes cantaram, emocionados, o “hino” do 25 de Abril: “Grândola, vila morena”.

No dia 1 de maio, o SPM participou na manifestação do Dia do Trabalhador, que se iniciou com uma concentração junto à Assembleia Regional, e teve o seu momento alto na marcha até ao Jardim Municipal. Desta forma, mostraram os sócios e dirigentes do SPM o seu desacordo em relação às políticas educativas de cariz cada vez mais neoliberal que ameaçam, sobretudo, a escola pública e a igualdade de oportunidades.

Foram dois momentos marcantes, vividos com intensidade, que não se esgotaram em si, mas que continuarão a fazer-se sentir ao longo do ano, alimentando as nossas lutas na defesa dos direitos de todos os professores e educadores da Região Autónoma da Madeira. ●

1º de Maio

Presença combativa dos professores

Comemorou-se em grande o dia 1º de Maio 2015. Como realçou a CGTP-IN, por todo o país, centenas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras dos setores público e privado coloriram as ruas e praças de Portugal em defesa dos seus direitos e contra a política de direita seguida pelo Governo PSD/CDS.

A Central unitária, através das suas estruturas regionais, assinalou o 125º aniversário do Dia Internacional do Trabalhador sob o lema “Com a Força dos Trabalhadores, Lutar por Emprego, Salários e Direitos. Romper com a política de direita!”, com manifestações, concentrações, convívios e iniciativas culturais, desportivas e lúdicas em várias localidades do continente e das regiões autónomas.

Muitos milhares de trabalhadores, de reformados e de jovens saíram às ruas, constituindo um momento alto de mobilização e compromisso dos trabalhadores e do povo

para prosseguir a luta pela consolidação das conquistas políticas, económicas, sociais, culturais e ambientais; por uma real alternativa política, que valorize o trabalho, dignifique os trabalhadores e coloque Portugal no caminho do progresso, do desenvolvimento sustentável e da justiça social; pela derrota da política de direita e afirmação da exigência de uma política alternativa, de esquerda e soberana, por um Portugal com futuro!

Em Lisboa, realizou-se, na parte da manhã, a tradicional Corrida Internacional do 1º de Maio, com partida e chegada no Estádio 1º de Maio. À tarde, decorreu ao longo de três horas o desfile entre o Martim Moniz e a Alameda D. Afonso Henriques, onde o Secretário Geral da CGTP-IN, Arménio Carlos, reafirmou a importância da unidade na ação, destacando já na ponta final da sua intervenção:

«Vamos organizar e sindicalizar, mobilizar e lutar. Estes são os instrumentos para dar expressão à força dos trabalhadores e à luta de massas, verdadeiro motor do desenvol-



vimento e da economia ao serviço dos trabalhadores e das populações!»

No Porto, na Avenida dos Aliados, houve uma manhã infantil, e à tarde registaram-se as intervenções sindicais e a manifestação pelas ruas da Baixa.

Foram muitos os que desfilaram ao ritmo das palavras de ordem - "Está na hora, está na hora de o Governo se ir embora" e outros ainda que marcaram o passo com "É só cortar e roubar a quem vive a trabalhar". Foi uma jornada luta grandiosa por uma vida melhor, por uma alternativa de esquerda e soberana, pela esperança no futuro e numa vida melhor.

Os professores marcaram presença saliente neste grande 1º de Maio em todo o país. ●



Porto



Aveiro



Faro



Évora



Coimbra



Dias da Cultura em Luta 1% do PIB para a Cultura

A FENPROF como organização aderente a esta campanha, irá, agora, através dos seus sindicatos, proceder ao contacto com escolas e agrupamentos de escolas, em geral, mas particularmente com as escolas de ensino especializado do ensino artístico, públicas e privadas, para que se associem nesta campanha.



Junho é altura de, nesta luta, todas as entidades participarem no que é geral e promoverem acções específicas que poderão constar do programa de Dias da Cultura em Luta Promovida pela comissão coordenadora do Manifesto em Defesa da Cultura, realizou-se em Lisboa uma reunião nacional, na qual foram discutidos um programa de acção para Os Dias da Cultura em Luta, cujas iniciativas ocorrerão, principalmente, durante o mês de Junho, bem como o comunicado que será divulgado publicamente, designadamente junto dos órgãos de comunicação social. Em 9 de Junho, às 19H30, terá lugar o acto público conjunto, envolvendo todas as entidades subscritoras e convidadas, bem como todos os cidadãos que nele queiram associar-se.

As organizações presentes, com a participação da FENPROF, aprovaram que as forças da cultura devem dar um sinal forte e claro, em favor de outra política para a cultura, assente em oito princípios fundamentais. Pelo direito constitucional à cultura e das obrigações do Estado que ele implica; pelo direito à participação de todos na vida cultural, direito à criação e fruição; por um serviço público de cultura em todo o território nacional; por políticas efectivas de defesa da produção nacional; em defesa do vasto património que está à nossa guarda; pelo trabalho com direitos na cultura; em defesa do valor, sem preço, da cultura, recusando a sua mercantilização generalizada; por 1% do PIB para a cultura, valor digno e exigível na defesa da liberdade e diversidade culturais.

A FENPROF como organização aderente a esta campanha, irá, agora, através dos seus sindicatos, proceder ao contacto com escolas e agrupamentos de escolas, em geral, mas particularmente com as escolas de ensino especializado do ensino artístico, públicas e privadas, para que se associem nesta campanha.

A Educação é, também, por força das políticas que os sucessivos governos têm desferido contra a Educação, alvos privilegiados da destruição de uma perspectiva de Escola enquanto entidade promotora, produtora, formadora e que fomenta e desenvolve a fruição da cultura em todo o território nacional. Espaço privilegiado de uma dinâmica que promove a diversidade e a liberdade de produção e promoção cultural, a Escola não pode afastar-se de uma dinâmica de luta e de intervenção em defesa da Cultura. | LL ●



Ações em Faro e no Monte da Caparica

Encontro TIC@Portugal

Terá lugar no próximo dia **3 de julho**, em Faro e no Monte da Caparica (Almada), o Encontro TIC@Portugal, uma iniciativa da Associação EDUCOM/APTE (Associação Portuguesa de Telemática Educativa), através do seu Centro de Competência TIC. Este evento tem como objetivo refletir sobre as práticas do uso das TIC em Educação. ●

+ INFO www.educom.pt

À descoberta Museu Marítimo de Ílhavo



O Serviço Educativo do Museu Marítimo de Ílhavo, localizado no distrito de Aveiro, tem como objetivo central promover os patrimónios marítimos, materiais e imateriais, a história local e as culturas marítimas, dar a conhecer a memória da pesca do bacalhau e das fainas agro-marítimas como identidades em constante mutação e sensibilizar para as questões ambientais relacionadas com a preservação dos oceanos e a biodiversidade da Ria.

Estes objetivos são atingidos através da exploração das coleções do Museu, permanentes e temporárias, assim como pela exploração do edifício em si, da sua arquitetura e da interação entre os espaços interiores e exteriores.

O Museu estende-se ainda ao seu pólo, o Navio Museu "Santo André," ancorado na Gafanha da Nazaré, o qual permite "conhecer" a vida a bordo de um arrastão clássico da pesca do bacalhau.

O Serviço Educativo pretende ainda desenvolver a sensibilidade artística dos públicos, em especial o público escolar, através de ações que potenciem a cultura marítima, disponibilizando uma oferta diversificada, que alia conhecimento e lazer. "Visitar o Museu Marítimo de Ílhavo e o seu pólo Navio Museu "Santo André" é embarcar numa aventura dos sentidos!" ●

+ INFO www.museumaritimo.cm-ilhavo.pt

"Burguesia Criminosa – Oligarquia Financeira Criminosa e Dívida Externa"

Coleção COMPENDIUM, Chiado Editora
de René Tapia Ormazábal

"A maioria parlamentar nomeia o governo, a direção desses partidos nomeia as chefias económicas e financeiras e sobre estas não existe um controlo democrático das suas atividades nem conhecimento das suas relações. Com este poder, o crime organizado influencia o mercado e com ele adquire ascendência política, ou seja, reforça o seu poder. O poder económico corrompe o poder político." – pode ler-se em "Burguesia Criminosa" de René Tapia Ormazábal

Tráfico de droga, de armas, de seres humanos, paraísos fiscais e os ilícitos de uma Burguesia Criminosa desenvolvidos perante o silêncio e cumplicidade de governos... os biliões que esta economia move em todo o mundo... o crime organizado no conforto dos Estados...

"Burguesia Criminosa", de René Tapia Ormazábal, trata a cruza dos números e denuncia os responsáveis. Alerta a consciência do leitor de uma forma simples e direta, sem rodeios.

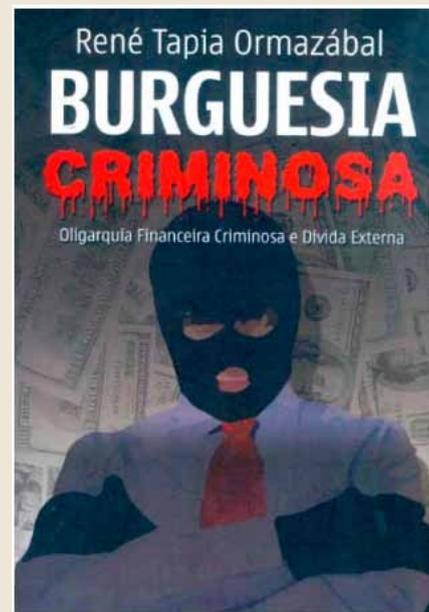
O autor chileno, há muito radicado em Portugal, desenvolveu atividade docente em diversas instituições de ensino superior e não descansa perante escândalos de que todo o mundo fala, mas sem que sejam dados passos significativos para lhes pôr fim.

Para onde caminhamos? Como é possível pactuar com esta situação?

Prepare-se! "Burguesia Criminosa" revela uma história feita de crime... eventualmente chocante.

FICHA

René Luis Tapia Ormazábal
Chileno, naturalizado português desde



1986, concluiu mestrado no Chile (1970) e doutorou-se em Economia na Alemanha (1978) e em França (1993) nas áreas do "Ajustamento estrutural" e "Financiamento do desenvolvimento".

Docente e investigador em universidades do Algarve, Coimbra, Lisboa e Porto, lecionou sobre "A transição a economias de mercado" na Europa do leste e sobre a economia portuguesa. Consultor da União Europeia, especializado sobre a Colômbia (1997-2000).

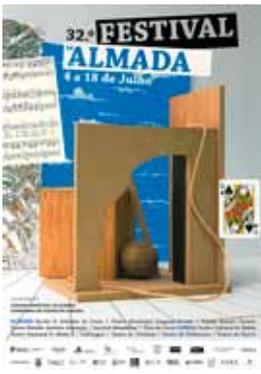
Especializado em Economia Política da Droga, com várias publicações e conferências neste campo. Pesquisas em Offshore e Corrupção, estuda atualmente o crime organizado. ●

Unidade operacional Universidade das Nações Unidas em Guimarães

Foi instalada em Guimarães a Unidade Operacional em Governação Eletrónica da Universidade das Nações do Minho (UNU-EGOV). A sua "missão" é contribuir para a aplicação estratégica de tecnologias digitais no desenvolvimento económico inclusivo, sustentabilidade ambiental, paz e segurança. A unidade funciona no Centro Avançado de Formação Pós-Graduada, em Couros. ●

18 de maio Dia Internacional dos Museus

O Dia Internacional dos Museus (18 de maio) foi este ano dedicado ao contributo dos espaços museológicos para promover uma sociedade sustentável. A ideia partiu do Conselho Internacional de Museus, entidade que promove a iniciativa para as comemorações, instituída em 1997, com o objetivo de reforçar os laços dos museus com a sociedade. No nosso país decorreram atividades em 70 museus. ●

**Teatro****Em preparação uma das melhores edições de sempre do Festival de Almada**

A 32.ª edição do Festival de Almada, a realizar de 4 a 18 de julho próximo, vai reunir criadores como Peter Stein, Christoph Marthaler, Luis Miguel Cintra, Matthias Langhoff e Katie Mitchell. O prestígio destes autores faz com que a organização aposte “num dos melhores festivais de sempre”. Estão previstos 27 espetáculos distribuídos por 56 sessões, em 14 salas de teatro de Almada e Lisboa, com peças oriundas de nove países da Europa e da América Latina. A programação de 2015 conta ainda com quatro criações portuguesas – uma das quais o Hamlet, de William Shakespeare, com direção de Luis Miguel Cintra, numa co-produção inédita entre o Teatro da Cornucópia e a Companhia de Teatro de Almada. O autor do cartaz desta edição é o artista plástico Rui Sanches. A apresentação integral da programação decorrerá no dia 19 de Junho, às 21h30, na Casa da Cerca – Centro de Arte Contemporânea. | JPO ●

+ INFO www.casadamusica.com

Livro**“Poemas canhotos”: último livro de Herberto Helder**

“Poemas canhotos”, de Herberto Helder, chegou às livrarias no passado dia 15 de maio. Trata-se do “último livro de poemas inéditos” de Herberto Helder, que a Porto Editora afirma ter sido terminado “pouco antes” da morte do poeta, ocorrida no passado dia 23 de março, quando contava 84 anos. Recorde-se que em 2014 o autor tinha publicado “A Morte Sem Mestre”. “De acordo com a vontade de Herberto Helder, *Poemas Canhotos* tem uma edição de tiragem única”, revelou a editora. ●



De 29 a 31 de maio

Serralves em Festa 2015

- 29 maio (sex), Baixa do Porto
- 30-31 maio (sáb-dom), Serralves – museu e parque, das 8h00 de sábado

às 24 horas de domingo – **40 horas non-stop, entrada gratuita!**

“Um entre muitos” – o tema que marca a edição de 2015 do Serralves em Festa reforça aquela que é uma das principais singularidades do evento – que propõe, durante dois dias, uma verdadeira existência coletiva, na qual públicos e artistas partilham lugares e experiências marcantes, como visitar o museu às duas da manhã, ou dançar no prado de Serralves madrugada fora. A programação integra propostas que ilustram a interação das artes visuais com as artes performativas, nas áreas disciplinares da Performance, Música, Dança Contemporânea, Teatro e Cinema, Arquitetura e Ecologia, apresentadas numa relação estreita e integrada com as atividades regularmente desenvolvidas no Museu e no Parque de Serralves. A 12ª edição do Serralves em Festa dá protagonismo à relação com os seus públicos, bem como aos diferentes interlocutores artísticos da cidade, desde associações culturais a escolas artísticas, proporcionando encontros singulares e perspetivas de outras colaborações. As parcerias com instituições portuguesas ligadas à arte, à cultura e ao ambiente continuam a ser privilegiadas, tornando a Fundação de Serralves, mais uma vez, o maior ponto de encontro de quem pensa e programa artes performativas no nosso país. ●

+ INFO www.serralves.pt

**Josefa de Óbidos****A invenção do barroco Português**

Até 6 de setembro pode ser visitada no Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA), às Janelas Verdes, em Lisboa, a exposição “Josefa de Óbidos e a invenção do barroco português”.

Como destaca o MNAA, ao longo de quase quatro décadas, Josefa de Óbidos criou algumas das imagens mais reconhecíveis da História da Arte portuguesa. Fascinante pela sua condição de género, mas também pela individualidade do seu percurso artístico, Josefa é o alicerce desta grande exposição que nos desvenda, em oito núcleos, o Barroco português nos anos que se seguiram à Restauração da Independência. Mais de 130 peças (pintura, escultura e artes decorativas) vindas de várias instituições nacionais e internacionais, como os museus do Prado e de Bellas Artes de Sevilha, o Mosteiro do Escorial e de inúmeras coleções privadas, portuguesas e estrangeiras, compõem uma mostra inovadora, que o Museu Nacional de Arte Antiga, em parceria com a Ritmos, preparou para o verão de 2015. Revisitar a sua obra tem várias justificações. Mostrar a um novo público as suas pinturas, muitas em coleções privadas, e voltar a interrogar essas obras à luz dos contributos críticos entretanto colhidos, em exposições nacionais e internacionais onde a presença da pintora foi particularmente forte, são apenas algumas. Afastar de Josefa o mito da artista curiosa, porém provinciana, e apresentá-la como uma mulher emancipada e culta, cuja fé reflete a espiritualidade do século XVII, e como o mais eficaz e reputado expoente do Barroco português no ciclo que se seguiu à Restauração, é outro dos objetivos, destacam os comissários da exposição Joaquim Oliveira Caetano, Anísio Franco e José Alberto Seabra Carvalho. ●

+ INFO www.museudearteantiga.pt



PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
AUTORIZADO A CIRCULAR EM INVÓLUCRO FECHADO DE PLÁSTICO DEBEM SER VERIFICADOS POR VERIFICAÇÃO POSTAL

MUNICIPALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

CONSULTA NACIONAL AOS PROFESSORES E EDUCADORES

2, 3 e 4 de junho

FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 LISBOA

Esta é uma matéria da maior importância para o futuro da escola pública e dos seus profissionais.

PARTICIPA! MANIFESTA A TUA POSIÇÃO!

